

IX SECIC

SEMANA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CONTADOR GLOBAL:
TENDÊNCIAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES.

04 a 06 de junho de 2012



UNEMAT UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
Campus Universitário de Tangará da Serra – MT

ORGANIZADOR
EUGÊNIO CARLOS STIELER

Apoio:





IX SECIC

SEMANA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CONTADOR GLOBAL: TENDÊNCIAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES.

CADERNO DE RESUMOS

04 a 06 de junho de 2012

COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Campus de Tangará da Serra - MT
Universidade do Estado de Mato Grosso
Brasil

FICHA CATALOGRÁFICA

IX SECIC - Semana de Ciências Contábeis: Contador Global: Tendências, Desafios e Oportunidades - 04 a 06 de junho de 2012 - *Campus* Universitário de Tangará da Serra - Universidade do Estado de Mato Grosso-MT – Brasil.

ISBN – N° 978-85-63583-04-8

1. Resumos. 2. Trabalhos Acadêmicos. 3. UNEMAT. 4. Mato Grosso. I. Título

Ilustração da capa: Eugênio Carlos Stieler

Página da web da IX SECIC - Semana de Ciências Contábeis:
<http://www2.unemat.br/contabeistga/secic/9secic/index.html>
Construção da página: Eugênio Carlos Stieler

IX SECIC SEMANA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CONTADOR GLOBAL:
TENDÊNCIAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Cleci Grzebieluckas
Eugênio Carlos Stieler
Laercio Juarez Melz

Alex Sabino dos Santos
Diretor de Unidade Regionalizada
Administrativa

Eugênio Carlos Stieler
Coordenador do Curso de Ciências
Contábeis

COMITÊ CIENTÍFICO

Carlos Edinei de Oliveira – UNEMAT
Cleci Grzebieluckas - UNEMAT
Maria Helena Rodrigues Paes – UNEMAT
Neodir Paulo Travessini – UNEMAT
Sandro Benedito Sguarezi - UNEMAT

Ana Maria Di Renzo
Pró-Reitora de Ensino e Graduação

Antônio Francisco Malheiros
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Leila Cristiane Delmadi
Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Walter Gustavo Danzer
Pró-Reitor da Administração

ADMINISTRAÇÃO DA UNEMAT

Adriano Aparecido Silva
Reitor

Ariel Lopes Torres
Pró-Reitor de Gestão Financeira

Dionei José da Silva
Vice-Reitor

Weily Toro Machado
Pró-Reitor de Planejamento e Tecnologia da
Informação

Sergio Baldinotti
Diretor de Unidade Regionalizada Político-
Pedagógica e Financeira

Prof. Evaldo Ferreira
Pró-reitor de Assuntos Estudantis

SUMÁRIO	
COMISSÃO ORGANIZADORA.....	4
COMITÊ CIENTÍFICO.....	4
ADMINISTRAÇÃO DA UNEMAT.....	4
SUMÁRIO.....	5
BREVE HISTÓRICO DA IX SECIC.....	7
O TEMA.....	8
PROGRAMAÇÃO.....	8
ARTIGOS (RESUMOS ESPANDIDOS).....	10
A EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE CONCENTRAÇÃO E PRODUÇÃO DA SOJA NOS ESTADOS BRASILEIROS.....	10
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO PROGRAMA TANGARÁ RECICLA NO PERÍODO DE 2010-2011.....	14
ANÁLISE DOS APONTAMENTOS DO TCE-MT NAS CONTAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO MÉDIO NORTE DO MATO GROSSO.....	17
ANÁLISE DOS FATORES QUE INFLUENCIARAM OS PECUARISTAS DE TANGARÁ DA SERRA-MT A DESISTIREM DA PECUÁRIA ORGÂNICA.....	22
ANÁLISE DOS FATORES QUE LEVAM AS EMPRESAS DE COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO A TERCEIRIZAREM OS SERVIÇOS CONTÁBEIS..	26
COMPARAÇÃO DOS CUSTOS DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E CUSTOS FIXOS POR SAFRA, ENTRE A PULVERIZAÇÃO AEREA E A PULVERIZAÇÃO TERRESTRE NA REGIÃO DE TANGARÁ DA SERRA – MT.....	30
CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM HECTARE DE CUPUAÇU ...	34
EDUCAÇÃO FISCAL: DIAGNÓSTICO DO NÍVEL DE CONSCIENTIZAÇÃO PRESENTE NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT) – CAMPUS DE TANGARÁ DA SERRA.....	37
ESPÉCIES DE PLANTAS EXISTENTES NO ENTORNO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - CAMPUS DE TANGARÁ DA SERRA - MT.....	41
ESTIMATIVA DAS EMISSÕES DE METANO (CH ₄) GERADO PELA PECUÁRIA DA FAZENDA CATINI EM BARRA DO BUGRES/MT.....	45
EVOLUÇÃO DA CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DE MILHO ENTRE AS MICRORREGIÕES DO BRASIL ENTRE 1990 E 2010.....	49

EVOLUÇÃO DA CONCENTRAÇÃO REGIONAL DA PRODUÇÃO DE MILHO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO	53
IMPOSTO DE RENDA E MALHA FINA: EVOLUÇÃO DESDE 2000 ATÉ 2011.....	57
LEVANTAMENTO DO LUCRO BRUTO DA CONCESSÃO DE PEDÁGIO DA 'RODOVIA DA MUDANÇA'	62
PERCEPÇÃO DE CLASSE: ESTUDO COM OS CONTABILISTAS DOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DE TANGARÁ DA SERRA – MT.....	66
PERFIL DOS TITULARES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DE UM BAIRRO DE TANGARÁ DA SERRA - MT.....	71

BREVE HISTÓRICO DA IX SECIC

A semana de Ciências Contábeis vem sendo realizada desde 1997 exceto nos períodos de 1998 a 2001, 2005, 2006 e 2008. Desde sua primeira edição, sempre teve como principal foco os acadêmicos do próprio curso, a fim de oportunizá-los condições de adquirir novos conhecimentos através de palestras e debates com especialistas na área contábil.

Os temas e as palestras proferidas nas semanas de Ciências Contábeis sempre estiveram de acordo com os assuntos em evidência da época. Em 2002, na II Semana de Ciências Contábeis o tema foi: “A Contabilidade Pública e a Responsabilidade dos Gestores”. Em 2003 na III Semana de Ciências Contábeis teve como Tema: “Contabilidade: Transparência com Responsabilidade Social”.

Em 2004 foi realizada a IV Semana de Ciências Contábeis com o Tema: “A Contabilidade como instrumento para as tomadas de decisão”. No encerramento foi oferecida à comunidade o serviços de Declaração Anual de Isento – CPF, onde foram feitas 810 (oitocentos e dez) declarações.

Em 2007 foi realizada a V Semana de Ciências Contábeis, com o tema “Tributo, Contabilidade e Responsabilidade Social”. Estiveram presentes autoridades do município, representantes de Secretaria de Fazenda do Estado, e professores do Departamento de Ciências Contábeis. O evento contou com aproximadamente 200 inscritos. A palestra proferida pelo contador Odenor Aquino da Silva, Coordenador do Programa Consciência Fiscal da SEFAZ/MT, que teve como tema “Tributo, contabilidade e responsabilidade social”. Além de palestras, o evento contou com várias mesas redondas.

Em 2009 foi realizada a VI SECIC – Semana de Ciências Contábeis, com o tema: “Contador: Atuação e Inteligência Corporativa”. O evento contou com apresentação de minicursos e exposições de trabalhos por parte dos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis. Em 2010 foi realizada a VII SECIC – Semana de Ciências Contábeis com o tema: “O perfil Ideal para o Contador que as Empresas Procuram”. Entre as palestras foram realizadas várias apresentações culturais. Estiveram presentes 335 participantes entre professores e acadêmicos da UNEMAT e outras instituições locais.

Em 2011 a VIII SECIC abordou sobre o tema “Tecnologia e Meio Ambiente: Novas Tendências da Contabilidade”. O evento foi contemplado com palestras sobre ICMS Ecológico, Projetos e o Mercado de Créditos de Carbono e também sobre o Exame de Suficiência para os futuros profissionais contábeis. Contou ainda com uma mesa redonda sobre o uso da tecnologia na contabilidade e na gestão. Foram realizadas oficinas sobre Metodologia de Pesquisa, Micro

Empresário Individual, Imposto de Renda Pessoa Física, Economia Pessoal, Contabilidade e o Agronegócio, Iniciando com a calculadora HP12, Estatística Básica Usando o R, e Sped Fiscal e Contábil. Também foram apresentados trabalhos de pesquisas dos acadêmicos e professores dos cursos de Administração e Ciências Contábeis gerando assim o primeiro Cadernos de Resumo impresso.

No evento foram inscritos 323 participantes destes 303 acadêmicos, 15 docentes e 5 membros da comunidade externa atingindo portanto 90% da comunidade acadêmica do curso de Ciências Contábeis da UNEMAT – Campus de Tangará da Serra MT.

No decorrer dessa trajetória percebe-se que houve um crescimento significativo na participação tanto da comunidade interna quanto externa, destacando-se, portanto, a necessidade de dar continuidade dessa modalidade de evento.

O TEMA

A IX SECIC – Semana de Ciências Contábeis terá como tema: “Contador Global: Tendências, Desafios e Oportunidades”. O evento propõe uma discussão sobre as novas tendências desafios e oportunidades para o profissional contábil no tocante a exportação de produtos, uma vez que cada vez mais se abrem novas oportunidades de mercados internacionais.

Oportunizará ainda os acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis sobre a importância da preparação para o Exame de Suficiência, atributo necessário para a atuação profissional contábil.

Abre também um espaço para a comunidade científica publicar suas pesquisas de trabalhos de Conclusão de Curso e/ou outras modalidades.

PROGRAMAÇÃO

Dia 04 de junho, Segunda feira

LOCAL: CENTRO CULTURAL

18h às 19h

Entrega de Material

19h às 19h30min

Abertura e Apresentação Cultural

19h 30min às 20h30min

Palestra de Abertura: Exame de suficiência: desafio do contador para acessar o mercado

Palestrante: Sandra Maria Santana – CRC/MT.

21h às 23h

Palestra: GOVERNANÇA E CONTROLE NAS COOPERATIVAS

Palestrante: Anaor Donizette Carneiro Silva

Dia 05 de junho, Terça-feira

LOCAL: Campus da Unemat Tangará da Serra - MT.

Minicursos (4 horas)

1. Exame de suficiência: questões, conteúdos e referências para estudo – CRC/MT;
2. Uso do Word/Excel para criação de documentos profissionais e científicos – Prof. Me. Laércio Juarez Melz (UNEMAT);
3. Consolidação das Demonstrações Contábeis – Prof. Mário Geraldo Ferreira de Andrade (UNEMAT);
4. Bolsa de Mercadorias e Futuros – Prof. Me. Nilson Franco (UNEMAT);
5. Contabilidade do terceiro setor - Prof. Me. Luciênio Rosa (UNEMAT);
6. Análise de investimentos usando HP12C – Prof. Me. Eugênio Carlos Stieler (UNEMAT);
7. Imposto de Renda Pessoa Física – Prof. Me. Magno Alves Ribeiro (UNEMAT);
8. Do Projeto de pesquisa ao TCC - Prof. Me. Sergio Both

Dia 06 de junho, Quarta-feira

LOCAL: Centro Cultural

19h às 19h30min.

Apresentação cultural

19h30min às 21h

Palestra: ALÉM DO DÉBITO E CRÉDITO: O QUE PODE FAZER DO CONTADOR UM PROFISSIONAL DE SUCESSO.

Palestrante: Prof. Wilson Toshiro Nakamura - Universidade Presbiteriana Mackenzie

21h às 23h

Palestra: AVALIAÇÃO DE EMPRESAS: OPORTUNIDADES PARA O CONTADOR GLOBAL.

Palestrante: Prof. Roberto Decourt - UNISINOS

ARTIGOS (RESUMOS ESPANDIDOS)

A EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE CONCENTRAÇÃO E PRODUÇÃO DA SOJA NOS ESTADOS BRASILEIROS

Laércio Juarez Melz (laercio@unemat.br), Keite Soares Gazola (ksgazola@hotmail),
Simone Santos de Oliveira

Área: Economia

Palavras-chave: Concentração espacial. Produção da soja. Razão de concentração.

Resumo

A pesquisa teve como objetivo apresentar a concentração da produção de soja nos estados brasileiros. Os dados foram coletados através do IBGE, foram analisados os anos de 2000 a 2010, observando a área planta, área colhida e produção do Brasil. Foi adaptado um índice de concentração, a razão de concentração (CR). Os resultados apontaram desconcentração regional da produção nos estados brasileiros. Os estados mantiveram os quatro maiores produtores entre 2000 e 2010, os 12 maiores produtores representam em 2010 98% da produção brasileira.

Introdução

A produção da soja é das atividades econômicas com crescimento mais significativo dentro do agronegócio nacional e internacional. Pode-se atribuir essa evolução a diversos fatores, tais como: o desenvolvimento e estruturação de um mercado sólido internacional, a produção de diversificados produtos derivados da soja e a viabilização de exportação desta leguminosa para várias regiões do mundo (EMBRAPA, 2010).

O maior produtor individual de soja é os Estados Unidos, sua produtividade média é de 35%, e exportação de 40%, em seguida vem o Brasil com 25% de produção e uma exportação igual a dos Estados Unidos, lembrando que esses percentuais estão relacionados aos outros países produtores desta leguminosa (MERCOPRESS, 2011).

O Brasil possui uma grande participação na oferta da soja, isso vem exercendo um papel de suma importância para o desenvolvimento de varias regiões do país. Em 2001/2002, o país figurava como o segundo produtor do grão em escala mundial, responsável por 23,5% das 184 milhões de toneladas produzidas mundialmente (EMBRAPA, 2003).

Embora a área plantada com a oleaginosa represente apenas 7,65% da agricultura brasileira (CONAB, 2010), as exportações de produtos derivados deste grão representaram aproximadamente 26,64% das exportações do agronegócio do país (IBGE, 2010).

De deste contexto, a pesquisa objetivou apresentar a evolução da concentração regional da produção de soja entre os estados brasileiros.

Materiais e métodos

O índice razão de concentração é utilizado para medir, proporcionalmente, número fixo de produção da empresa, em relação as demais empresas, tornando-se base do indicador escolhido. Segundo Resende e Boff (2002) "A razão de concentração de ordem k é um índice positivo que fornece a parcela de mercado das k maiores empresas da indústria".

Seu cálculo é dado por:

$$Cr(k) = \sum_{i=1}^k P_i$$

Onde:

k = número de cidades que fazem parte do cálculo;

P_i = participação da i -ésima da produção no estado.

Isto é, $P_i = Y_i / (S^n_{i=1} Y_j)$.

Este trabalho teve como base o método científico de pesquisa, a forma de estudo descritiva e foi utilizada a abordagem quantitativa e o método comparativo. Nesta pesquisa foram utilizados os índices de razão de concentração CR4, CR8 e CR16, conforme Marques (1994). Os dados da pesquisa foram coletados na base de dados SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi realizado um levantamento da produção anual dos estados brasileiros entre os anos 2000 e 2010.

Resultados e Discussão

Foram estabelecidos indicadores de concentração considerando o aumento de produção dos estados brasileiros. A cultura agrícola que mais cresceu entre 1960 e 2010 foi soja, que corresponde a 49% da área plantada em grãos no país. Esse aumento está associado aos avanços tecnológicos, ao manejo e eficácia dos produtores. Cultivada principalmente nas regiões Centro Oeste e Sul do país, a soja tornou-se o produtos com mais destaque na agricultura nacional e na balança comercial. (ÁVILA, 2011).

A evolução da produção nesses dez anos foi considerável, passando de 32.820.826 toneladas em 2000 para 68.765.343 toneladas em 2010. Um aumento de 21% na produção entre 2000 e 2010. Ao analisar os dados da concentração da produção de soja por estado é possível notar que existe uma tendência de concentração em determinados estados do Brasil (Tabela 1).

Entre 2000 e 2003, a produção de soja entre os estados foi 'altamente concentrada', conforme classificação de Medeiros e Ostroski (2006). A partir de 2004 a produção entre os estados passou a ser de 'alta concentração'. Considerando os oito maiores (CR8) apresenta-se nível 'altamente concentrado' em

todos anos analisados, de acordo com a classificação de Medeiros e Ostroski (2006). Entre os oito e os doze maiores existia em 2010 diferença de 5% da produção. Os últimos 10 estados no ranking representaram somente 2% da produção de soja, em 2010. A análise desses indicadores está apresentada na Tabela 1.

Tabela 1. Evolução da concentração da produção da soja por estados Brasileiros.

Índice	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
CR4	76%	77%	77%	77%	73%	72%	73%	74%	73%	74%	74%
CR8	96%	96%	97%	96%	94%	93%	93%	93%	92%	92%	93%
CR12	99%	99%	99%	99%	97%	97%	97%	97%	96%	97%	98%

Houve concentração da produção de soja entre os anos 2000 e 2003, nos estados de Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás (Tabela 2). Mato Grosso foi o estado que mais cresceu em participação na produção de soja neste período, em 2000 representava 27% da produção e no ano de 2005, esse percentual chegou a 35%, de participação no mercado. O Rio Grande do Sul é o terceiro maior produtor de soja do Brasil, de acordo com a Tabela 2, essa posição que ocupa anos 2001 a 2003, com uma média de produção de 16,8%. Essa participação tem oscilado, cresceu de forma lenta no início e teve uma retração no em 2005, perdendo espaço para Goiás, como demonstram os dados de média do período 2004 a 2005 na Tabela 3.

Analizando os anos de 2000 a 2010 verificou-se que houve uma redução na produção do estado do Paraná sua participação passou de 22% em 2000, para 20%, em 2010 (Tabela 2).

Tabela 2. Identificação dos doze maiores estados produtores de soja do Brasil, 2000-2010, em mil toneladas, 2000 e 2010 em %.

UF	2000	%	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	%
BR	32.821	100	37.907	42.108	51.919	49.550	51.182	52.465	57.857	59.833	57.345	68.756	100
MT	8.774	26,7	9.533	11.685	12.966	14.518	17.761	15.594	15.275	17.803	17.963	18.788	27,3
PR	7.188	21,9	8.615	9.539	11.010	10.219	9.492	9.363	11.877	11.800	9.409	14.092	20,5
RS	4.784	14,6	6.952	5.611	9.579	5.542	2.445	7.559	9.929	7.680	8.025	10.480	15,2
GO	4.093	12,5	4.052	5.406	6.319	6.092	6.984	6.018	5.938	6.605	6.809	7.253	10,5
MS	2.486	7,6	3.115	3.267	4.091	3.283	3.719	4.154	4.846	4.571	4.046	5.340	7,8
BA	1.508	4,6	1.408	1.464	1.556	2.365	2.402	1.991	2.298	2.748	2.426	3.113	4,5
MG	1.439	4,4	1.391	1.951	2.335	2.661	2.937	2.454	2.418	2.566	2.751	2.902	4,2
SP	1.190	3,6	1.356	1.561	1.709	1.854	1.704	1.648	1.244	1.446	1.327	1.413	2,1
SC	525	1,6	534	530	712	642	607	799	1.111	946	994	1.379	2,0
TO	144	0,4	188	244	378	652	905	743	732	894	875	991	1,4
PI	101	0,3	128	91	308	388	560	544	485	819	781	868	1,3
DF	93	0,3	71	103	120	135	189	146	143	153	155	177	0,3

A observação dos indicadores revelou que houve desconcentração da produção, quando examinado em nível de estados. Em 2000, os quatro maiores estados produtores representavam 76% da produção e passaram em 2010 para 74% de participação na produção do País. Percebeu-se que a produção de Mato

Grosso, maior produtor, representa quase o dobro da produção do Rio Grande do Sul, terceiro maior (Tabela 2).

Entre os oito e os doze maiores pode-se verificar que apenas em São Paulo houve queda de produção. No ano de 2000, o estado representava 4% da produção nacional e em 2010 esse percentual diminuiu para 2%, os demais estados mantiveram suas produções estáveis (Tabela 2).

Conclusões

Concluiu-se que houve desconcentração da produção de soja nos anos analisados. Os estados se mantiveram entre os quatro maiores produtores do Brasil entre 2000 e 2010. Entretanto, houve uma desconcentração de produção nos estados a partir de 2004. Os 12 maiores estados brasileiros produtores de soja representaram 98% da produção brasileira no ano de 2010.

Agradecimentos

Agradeço a orientação do Professor MSc. Laércio Juarez Melz.

Referências

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Séries históricas de produtividade de grãos**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>.

ECO.A. Disponível em:

<<http://www.riosvivos.org.br/Noticia/A+soja+no+Brasil+Central+++Expansao+agricola+no+Cerrado+brasileiro/1188>>.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Soja em números (safra 2010/2011)**. Disponível em:

<http://www.cnpsa.embrapa.br/index.php?cod_pai=2&op_page=294>. Acesso em: 27 fev. 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível

em:<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=635&id_pagina=1>. Acesso em 14 mar.2012

____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=11&i=P&c=1612>>.

Acesso em 11mar 2012.

MEDEIROS, Natalino Henrique; OSTROSKI, Diane Aparecida. **Competitividade e concentração de mercado: uma análise da avicultura nas mesorregiões oeste e sudoeste paranaense**. In: Congresso da SOBER, XLIV, Fortaleza, 2006.

MERCOPRESS. Disponível em:<<http://en.mercopress.com/2011/09/17/mercosur-consolidates-as-leading-soybean-region-with-52-of-world-s-production>>.

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO PROGRAMA TANGARÁ RECICLA NO PERÍODO DE 2010-2011.

Jair de Oliveira (jairoliveira90@hotmail.com), Cleci Grzebieluckas
(cleci@unemat.br)

Área: Gestão de Custos de Produção

Palavra-Chave: Resíduos sólidos. Coleta seletiva. Reciclagem.

Resumo:

O estudo teve como objetivo identificar e analisar, a quantidade e a evolução dos resíduos sólidos coletados na Cooperativa de Produção de Resíduos Sólidos de Tangará da Serra (COOPERTAN) no segundo semestre de 2010 e primeiro semestre de 2011. Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva com abordagem quali-quantitativa. Os instrumentos de coleta de dados foram entrevistas e roteiros estruturados no período de janeiro a março de 2012. Os resultados mostraram que não houve evolução na quantidade dos pesos dos materiais reciclados, e sim um declínio de 31,67% em relação aos dois primeiros semestres de 2010/2011, a cooperativa não conseguiu fazer aproveitamento do excedente devido o limitado número de cooperados que não conseguem classificar o montante de resíduos coletados no município. Observou-se ainda, que o grupo apresenta alguns problemas de autogestão, demandando uma assessoria que auxilie nos trâmites administrativos, comerciais e gerenciais.

Introdução

A disposição inadequada dos resíduos sólidos no meio ambiente, exige a realização da coleta e a reciclagem, para transformá-los em matéria prima e materiais úteis à sociedade, denominados de matéria secundária (RIBEIRO; LIMA, 2000).

A quantidade produzida pela população é bem variável de acordo com alguns fatores como renda, época do ano, férias, finais de semana, entre outros. Os resíduos sólidos constituem problemas sanitários relevantes quando não são acondicionados, coletados, transportados, tratados, e dispostos adequadamente.

O aumento dos resíduos sólidos se deve à produção indiscriminada de embalagens recicláveis, aos hábitos alimentares cada vez mais estimulados pela propaganda dos produtos convenientes (fast-food e congelados), pelas novas tecnologias entre outros. Os principais componentes desses resíduos são jornais e revistas, garrafas, embalagens diversas, papelão, latas de alumínio e demais componentes que podem ser reciclados e transformados em novos produtos (COELHO, 2001).

A coleta seletiva do lixo contribui para com o meio ambiente, na medida em que reduz a quantidade de resíduos sólidos na natureza e também o impacto ambiental através do consumo pela sociedade, diminui a poluição do solo, da água e do ar e prolonga a vida útil dos aterros sanitários.

Em 2010, o Brasil produziu 195 mil toneladas de resíduos sólidos por dia representando um aumento de 6,8% em relação ao ano de 2009 que foram geradas 182.728 toneladas (AGENCIA ESTADO, 2011).

A coleta seletiva de lixo e reciclagem dos resíduos industriais é uma prática relativamente comum, é a separação da fração seca da fração molhada e dos materiais inaproveitáveis denominados de resíduos orgânicos, também dos rejeitos, como etiquetas adesivas, fotografias, lâmpadas e pneus. Estes materiais são separados e acondicionamento em lugares distinto para cada componente. (WALDMAN; SCHNEIDER, 2000).

O Município de Tangará da Serra possui população total de 81.918 habitantes (92,6% na área urbana), e apresenta a coleta seletiva e aterro sanitário de acordo com as normas de exigibilidade, gera diariamente de resíduos, 45 toneladas e geração per capita de 1,2 kg/hab. dia. Destaca-se elevada taxa de crescimento populacional para o município, 3,5% ao ano, conforme IBGE (2010). A Prefeitura realiza, alternadamente, a coleta de resíduos sólidos urbanos, segregados em secos e úmidos (sendo denominado pelo município como lixo orgânico e lixo reciclável). A coleta dos resíduos “secos” é realizada por caminhão, destinando-os para um galpão onde os materiais passam pela triagem, separação, classificação, depois pela prensa ficando prontos para a comercialização. Na coleta de úmidos, são coletadas em caminhões específicos de coletas com sistema mecânico de compactação que leva esses resíduos para o aterro sanitário. Este se localiza na estrada vicinal da Boa Vista, Km 08, zona rural do município. IBGE (2010)

Materiais e Métodos

O estudo tem como objetivo analisar a quantidade dos resíduos sólidos coletados na Cooperativa de Produção de Resíduos Sólidos de Tangará da Serra (COOPERTAN) fazendo um comparativo do primeiro semestre de 2010 com o primeiro semestre de 2011.

Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva com abordagem quali-quantitativa. Os instrumentos de coleta de dados foram entrevistas e roteiros estruturados no qual foram entrevistados a Diretora, a Tesoureira, um Conselheiro Fiscal e três cooperados denominados de A, B e C. As entrevistas foram filmadas e posteriormente transcritas no período de janeiro à março de 2012 com aproximadamente 25 visitas “in loco” . Foram levantadas informações das quantidades de resíduos sólidos pesos em 2010 e 2011.

Revisão de Literatura

Essa parte da nação brasileira é o contribuinte direto que realmente tira da natureza esses materiais sólidos que no futuro seria o indesejável dos ambientes como: rios, matas, e reservas naturais. Coelho (2001) explicita muito bem sobre a importância da coleta seletiva, começando em casa, na escola, na empresa, na comunidade, no município. Lima(2001) também contribui nos mostrando a realidade sobre a reciclagem de resíduos sólidos no Brasil.

Já no lixo domiciliar quem nos mostra estudos de casos sobre as associações que separa e classifica os resíduos sólidos é Krueger (www.antc.com.br)

Resultados e Discussão

Os resultados mostraram que não houve evolução na quantidade dos pesos dos materiais reciclados, e sim um declínio de 31,67% em relação ao primeiro semestre 2010 comparado com o primeiro semestre de 2011, a cooperativa não conseguiu fazer aproveitamento do excedente devido sua capacidade de produção, que não conseguem classificar o montante de resíduos coletados no município de 6 ton/dia, aproveitando apenas 2 ton/dia, levando o excedente para o Aterro Sanitário.

Observou-se ainda, que o grupo apresenta alguns problemas de autogestão, demandando uma assessoria que auxilie nos trâmites administrativos, comerciais e gerenciais.

A coleta seletiva acontece em todos os bairros da cidade, porém, estes materiais são levados à sede da Coopertan. Diante da quantidade de materiais recicláveis sólidos acondicionados percebe-se que a capacidade de produção destes cooperados não são suficientes para separar, classificar, e prensar.

Com relação à insuficiência de mão de obra temos duas evidências: A primeira diz respeito ao problema que a Coopertan enfrenta em obter um barracão maior, adequado para dispor sua produção e que atenda as exigências dos órgãos fiscalizadores para o funcionamento adequado para esta atividade. A segunda evidência está relacionada com o aumento de resíduos sólidos recicláveis coletado uma vez por semana, observando a possibilidade de coletar pelo menos, duas vezes na semana em cada bairro, após estudos de viabilidade. Pode-se pensar que o cidadão tangaraense ainda não está completamente consciente dos impactos ambientais que o lixo pode causar quando não separado e enviado para reciclar.

Verifica-se que há um enfoque maior nas vendas dos produtos mais rentáveis tais como: o alumínio, o cobre, a pet e o plástico, enquanto os demais produtos recicláveis são dispensados para o Aterro Sanitário.

Conclusões

A quantidade de resíduos sólidos coletados pelo Programa Tangará Recicla, apresenta um declínio relacionado ao peso dos produtos recicláveis no período de 2010 para 2011

Observou-se ainda, que o grupo apresenta alguns problemas de autogestão, demandando uma assessoria que auxilie nos tramites administrativos, comerciais e gerenciais.

Agradecimentos

A Deus, o que seria de mim sem a fé que eu tenho nele.

Aos meus pais, irmãos, minha esposa Neuzi, meus filhos Danilo e Lívia e a toda minha família, que com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

À professora Cleci, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão deste artigo.

Ao professor coordenador do curso, pelo convívio, apoio, compreensão e pela amizade.

À todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento deste artigo e aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constantes.

Referências

COELHO, Maria do Rosário Fonseca **Folheto. Coleta Seletiva - na escola, na empresa, na comunidade, no município**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 2001.

LIMA, J. D. **Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: ABES, 2001.

KRUEGER, Guilherme Advogado da OCB recomenda cautela de contratação na cooperativa. **Associação Nacional de Cooperativas de Trabalho**: disponível em; <http://www.antc.com.br> acesso em: 16 de Abril 2012.

WALDMAN, Maurício; SCHNEIDER, Dan Moche **Guia ecológico doméstico**. São Paulo: Contexto, 2000.

ANÁLISE DOS APONTAMENTOS DO TCE-MT NAS CONTAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO MÉDIO NORTE DO MATO GROSSO

Roberto Alves Cabral (roberto.castelomdc@hotmail.com), Me. Magno Alves Ribeiro (magnoalves@unemat.br)

Área: Finanças Públicas

Palavras-chave: Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Irregularidades na L.C 101/2000. Relatórios de auditoria.

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo analisar as irregularidades nas contas públicas anuais dos municípios da região Médio Norte do Estado de Mato Grosso, apontadas nos relatórios de auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT), por estarem em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O estudo abordou uma pesquisa qualitativa descritiva, documental eletrônica (telematizada), na qual foram revisados 50 relatórios de auditoria das contas públicas de 10 municípios no período de 2006 à 2010, a partir dos quais, foi possível identificar 172 irregularidades com a LRF, que foram classificadas em gravíssimas, graves e não classificadas, e 34 infrações com a LRF-Cidadão. As irregularidades identificadas em descumprimento dos princípios da LRF estiveram presentes em 26 artigos, dos quais, pelos critérios aplicados, foram classificados 6 artigos para análise das principais irregularidades da L.C. 101/2000 apontadas nas contas públicas dessas gestões municipais pesquisadas.

Introdução

Os absurdos casos de corrupção no Brasil ainda motivam muita desconfiança por parte de sua população nas políticas públicas de gerenciamento dos recursos financeiros, fazendo com que a imagem do país passasse a ser vista pelas mídias internacionais como farras extravagantes do dinheiro público. Criada em 2000, a Lei Complementar de nº 101, mais conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) visou mudar esse cenário do mal uso do dinheiro público, trazendo em seus mecanismos a fiscalização, o controle e o planejamento das ações nas contas públicas prestadas pelas gestões governamentais.

Desde a criação da LRF, o Estado de Mato Grosso vem demonstrando ao longo dos anos preocupação quanto os cumprimentos legais dos municípios em relação a essa lei, em 2003, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT), alertou 96 municípios para o cumprimento da LRF, a fim de prevenir os gestores públicos do cumprimento de suas metas orçamentárias (GIRADELO, 2003). No ano de 2009, o TCE-MT emitiu 164 termos de alerta aos municípios, esses avisos teve função preventiva, justamente para alertar o prefeito de que ele deve retomar os rumos de sua gestão (OLIVEIRA, 2009).

Os estudos de Silva e Ribeiro Filho (2008), abordaram as ressalvas nas contas aprovadas pelo TCE-PE nas prefeituras da região metropolitana de Pernambuco, no período de 2000 a 2005, buscando evidenciar os fatores determinantes de tais pendências. No final desta pesquisa, os resultados levantados demonstraram que as ressalvas apresentadas nos pareceres do TCE-PE repetiram-se nos municípios, principalmente no ano de 2001, sendo apontadas falhas nos Controles Internos.

Adotando por base o trabalho de Silva e Ribeiro Filho (2008), esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as irregularidades nas contas públicas anuais dos municípios da região Médio Norte do Estado de Mato Grosso no período de 2006 à 2010, apontadas nos relatórios de auditoria do TCE-MT, por estarem em desacordo com a LRF.

Materiais e métodos

Este estudo aborda uma pesquisa de natureza qualitativa de caráter descritivo, utilizando-se de documentos eletrônicos na obtenção dos dados, da revisão bibliográfica da legislação e de outros estudos nesse campo. Para Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 10), “em termos gerais, os estudos qualitativos envolvem a coleta de dados utilizando técnicas que não pretendem medir nem associar as medições a números, [...]”.

Para realização desta pesquisa, foram utilizados os relatórios dos exercícios financeiros publicados entre os anos de 2006 à 2010, na delimitação do universo, foram selecionados 10 municípios localizados geograficamente na região Médio Norte do estado de Mato Grosso, estando divididos em duas regiões de planejamento. A análise será realizada a partir das informações apresentadas no parecer prévio das contas públicas anuais das prefeituras, sendo essas informações disponibilizadas e abertas ao cidadão através do site do Tribunal Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT).

Na região VIII Oeste, selecionou os municípios de Barra do Bugres, Denise, Nova Olímpia, Porto Estrela, Santo Afonso e Tangará da Serra (Cidade Pólo), e na região IX Centro-Oeste, selecionou os municípios de Alto Paraguai, Arenápolis, Nortelândia e Nova Marilândia.

Resultados e Discussão

Na tabela 01, é demonstrado a quantidade de irregularidades em relação a LRF que foram apontadas pelo TCE-MT no período de 2006 à 2010, as informações dessa tabela é o somatório das infrações classificadas em gravíssimas, graves e não classificadas, enquadradas nos artigos da L.C nº 101/2000, juntamente com as infrações ocasionadas pelas gestões municipais em desconformidade com o Sistema de LRF-Cidadão. As apurações desses dados ocorreram por meio da análise de 10 relatórios ano a ano durante o período pesquisado, utilizando por ano um relatório para cada município.

Tabela 1 – Quantidade de irregularidades em desconformidade com a LRF apontadas aos municípios no período de 2006 à 2010.

	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Alto Paraguai	9	7	11	5	4	36
Arenápolis	7	9	1	7	3	27
Barra do Bugres	5	5	3	11	4	28
Denise	2	6	1	3	6	18

Nortelândia	5	1	6	4	4	20
Nova Marilândia	1	3	0	3	6	13
Nova Olímpia	1	1	2	4	2	10
Porto Estrela	3	3	1	9	2	18
Santo Afonso	4	2	0	2	6	14
Tangará da Serra	2	3	4	8	5	22
Total	39	40	29	56	42	206

Por análise em gestões administrativa referente ao período 2005/2008, nos resultados do ano de 2006, foram identificados o total de 39 infrações no geral com a LRF nas prestações de contas, sendo que 19 irregularidades estavam voltadas nos artigos da L.C. 101/2000 e 20 infrações com a LRF-Cidadão. Em análise no ano de 2007, identificou 40 irregularidades sobre a gestão fiscal dos municípios, dessas irregularidades, 31 infrações estavam relacionadas com os artigos da L.C. 101/2000, e as outras 9 infrações foram identificadas em descumprimentos ao Sistema LRF-Cidadão.

Diferente dos resultados observados nos relatórios dos anos anteriores, o ano de 2008 demonstrou um número menor de irregularidades, ao total foram identificados 29 irregularidades, sendo 26 infrações nos artigos da L.C. 101/2000 e 3 infrações ao Sistema LRF-Cidadão, dessas infrações ao Sistema LRF-Cidadão, todas encontradas no município de Alto Paraguai.

Os anos de 2009 e 2010 possuem a outra gestão administrativa dos municípios, referente ao período de 2009/2012. No ano de 2009, foi observado que houve mais incidências de irregularidades nesse ano do que os outros anos analisados anteriormente. Analisando os relatórios dos municípios em 2009, foi possível identificar ao todo 56 irregularidades, sendo apontados 54 infrações com os artigos da L.C 101/2000 e 2 infrações com o Sistema LRF-Cidadão.

Em 2010, o número total de irregularidades é menor do que a quantidade demonstrada no ano de 2009, mas com o total de 42 infrações levantadas, torna como o segundo ano que mais relatou irregularidades com a LRF nos relatórios de auditoria utilizados nesta pesquisa. Todas as 42 irregularidades foram identificadas com os artigos da L.C. 101/2000, não havendo registro de incidências em desconformidade com a LRF-Cidadão.

Com aproximadamente 68,02% das irregularidades, os artigos da L.C 101/2000 que mais apresentaram infrações foram:

- ◆ Art. 9º. Não realização de audiência pública e apresentação de déficit na execução orçamentária;
- ◆ Art. 48. Ausências dos instrumentos de transparência da gestão fiscal;
- ◆ Art. 50. Constatação de fatos contábeis registrados indevidamente ou não contabilizados;
- ◆ Art. 11. Não efetiva cobrança e arrecadação dos tributos de competência constitucional do município;

- ◆ Art. 1º. Ausências da transparência de contas públicas e não adoção de providências para constituição e arrecadação do crédito tributário;
- ◆ Art. 5º. Ausência dos demonstrativos e impropriedades na análise do processo da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Conclusões

Ao final dos cinco anos analisados nesta pesquisa, um dos pontos a serem destacados pela quantidade de irregularidades identificadas são em relação os anos de 2008 e 2009, no qual nesses anos apresentaram a maior diferença no número de infrações entre os anos pesquisados, sendo que no ano de 2008 foram identificadas ao todo 29 irregularidades nas contas públicas dos municípios, e no ano de 2009, identificou no total 56 infrações, o que correspondeu uma diferença de aproximadamente 93,10% a mais de um ano para o outro.

As pesquisas realizadas no âmbito de desempenho da LRF demonstraram que de todos os Poderes Executivos atuante no cenário nacional, as gestões públicas municipais são apontadas como o ente que mais deparam em dificuldades ao atendimento da legislação. Para alguns estudiosos da área pública, esse agrave na LRF é estimulada pela má fé dos gestores municipais no gerenciamento dos recursos públicos, por outro lado, alguns defendem os gestores municipais, referindo aos problemas financeiros, materiais e humanos, que impedem esses gestores de cumprimento da legislação ao mesmo tempo das utilidades de ordens públicas demandada pela população.

Referências

GIRADELO, Luciana. 96 municípios de MT não cumprem LRF. **Diário de Cuiabá**, Cuiabá, ed. 10677, jul. 2003. Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=147588>>. Acesso em: 26 de mar. 2012.

OLIVEIRA, Mariane de. TCE emite 164 "alertas" a municípios do Estado, inclusive à Cáceres. **Jornal Oeste**, Cáceres, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.jornal-oeste.com.br/index.php?pg=noticia&idn=5330>>. Acesso em: 26 de mar. 2012.

SAMPIERI, Roberto. H; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Pilar B. **Metodologia de Pesquisa**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SILVA, F. P. C.; RIBEIRO FILHO, J. F. Uma análise das ressalvas do TCE-PE nas prestações de contas em prefeituras municipais no Estado de Pernambuco. **REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 38-53, mai./ago. 2008.

ANÁLISE DOS FATORES QUE INFLUENCIARAM OS PECUARISTAS DE TANGARÁ DA SERRA-MT A DESISTIREM DA PECUÁRIA ORGÂNICA

Tania Moraes da Silva (taniatga@hotmail.com), Cleci Grzebieluckas
(cleci@unemat.br)

Área: Economia

Palavras-chave: Carne Orgânica. Sustentabilidade. Certificação.

Resumo:

Este estudo teve como objetivo analisar os fatores que influenciaram os pecuaristas de Tangará da Serra- MT a desistirem da pecuária orgânica. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva com abordagem qualitativa e teve como instrumento de coleta entrevistas abertas com quatro produtores que abandonaram os projetos de pecuária orgânica. A partir das análises dos dados constatou-se que os fatores de maior relevância para a desistência da pecuária orgânica foram as dificuldades com a certificação, os resultados financeiros insatisfatórios, os problemas com a comercialização e a maior flexibilidade da produção do boi convencional.

Introdução

As motivações ao pecuarista para adesão da produção orgânica são várias, como por exemplo, a forma de produção e relação com o ambiente, a procura de nichos de mercado e ainda a consciência de estar produzindo um alimento seguro (APRATO, 2011). Diante do exposto, o objetivo da pesquisa é identificar os fatores que influenciaram os quatro pecuaristas de Tangará da Serra-MT a desistir da Pecuária Orgânica. Considerando que nos estudos mencionados, o mercado de carne orgânica mostrou resultados positivos, questiona-se os motivos que levaram os produtores orgânicos tangaraenses associados à Associação Brasileira de Produtores de Animais Orgânicos (ASPRANOR) a interromperem a continuidade deste tipo de produção, neste contexto, justifica-se o propósito desta pesquisa.

Materiais e métodos

O estudo foi desenvolvido através de pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. Como instrumento de pesquisa foi utilizado o método de entrevista sem estrutura. As entrevistas foram feitas por telefonemas, visto que, os pecuaristas não mantêm como endereço principal a cidade de Tangará da Serra-MT. Todos os telefonemas foram efetuados no mês de Abril do ano de 2012.

Resultados e Discussão

Nas entrevistas realizadas os pecuaristas explanaram livremente sobre os principais fatores que os levaram a desistir da produção orgânica, sendo assim, foram mencionados esses fatores através de tópicos, estes por sua vez foram dispostos no quadro 1, assim poderá ser observada a frequência com que cada fator foi citado pelos entrevistados.

Quadro 1. Fatores de desistência da pecuária orgânica

Tópicos	Entrevistados			
	A	B	C	D
Resultados financeiros Insatisfatórios	X	X	X	X
Problemas com a comercialização	X	X	X	
Excesso de burocracias da certificação	X			
Dificuldade com certificação (Rotatividade)	X	X		X
Dificuldade com certificação (Manutenção das Pastagens)		X		X
Dificuldade com certificação (Suplementação)			X	X
Maior Flexibilidade do boi convencional		X		

Fonte: Dados da pesquisa

Através das informações extraídas das entrevistas, nota-se que o fator de maior relevância para que os produtores de pecuária orgânica terem desistido do projeto, foram as dificuldades relacionadas à certificação, por várias vezes citada como o elemento que os influenciaram na decisão. Darolt (2001), menciona em sua pesquisa que o principal entrave da pecuária orgânica está relacionado com a dificuldade de cumprir todas as normas exigidas pela certificadora e também de comercializar a produção orgânica, visto que, falta uma legislação adequada aos alimentos orgânicos de origem animal.

Os produtores pesquisados, também citaram como fator da desistência a questão da comercialização. Em consonância com Pereira (2011) e Wachsner (2010), este é um mercado ainda em expansão e requer muita divulgação de seus produtos. Já que os preços praticados nessa atividade são mais elevados e é necessário que o consumidor entenda o valor e o tipo do trabalho despendido nele para assim avaliar se deve pagar valor maior pelos produtos orgânicos.

Em relação ao mercado de produtos orgânicos foi constatado que mais de 50% das pessoas considera que conhece pouco sobre orgânicos, quase 1/3 não reconhece nenhum selo de certificadora e mais da metade não se lembra de nenhuma marca. A maior dificuldade é o preço, 79% da amostra não aceitam pagar 30% a mais por produtos orgânicos (ORGANIC SERVICES, 2010).

Dentro das dificuldades do processo de certificação, foram mencionados ainda como maiores impedimentos para seguir adequadamente todas as normas de produção exigida pela certificação orgânica, à questão da manutenção das pastagens, suplementação e a lenta rotatividade da produção. Observa-se que faltam alternativas para a resolução destas questões e que é preciso que sejam feitas pesquisas que busquem conciliar o manejo orgânico eficiente com as condições de trabalho dos pecuaristas.

A limpeza dos pastos não pode ser feita com aplicação de agrotóxicos e na fertilização do solo não deve ser utilizados fertilizantes sintéticos, já citado por Domingos (2005) e Moraes (2010). Considerando que grande parte das modernas tecnologias dependem cada vez mais do uso de substâncias químicas, um dos principais desafios que o homem enfrenta atualmente é desenvolver tecnologias para a produção orgânica (SANTOS; COSTA, 2012).

Assim como foi descrito por Domingos (2005), a suplementação deve ser exclusivamente com alimentos de origem vegetal, dos quais 80% devem ser orgânicos. Darolt (2001) reafirma este conceito dizendo que as normas recomendam a produção própria dos alimentos orgânicos (volumosos e concentrados) por meio da formação e manejo das pastagens, capineiras, silagem e feno. Em contra partida, existe grande dificuldade de encontrar produtos de origem orgânica idônea, uma vez que são poucos os produtores de raízes, grãos e tubérculos que possuem certificação, e assim a produção orgânica não consegue ser mais produtiva devido a essas limitações no processo de criação dos animais (TORRES et. al., 2011).

Conclusões

Entre os elementos analisados o de maior relevância para entender os motivos que levou os pecuaristas de Tangará da Serra- MT a desistirem da pecuária orgânica, foram as dificuldades com a certificação. As diversas regras de produção impostas pela certificação é o que mais distingui o manejo convencional do orgânico. Na produção orgânica, as normas além de serem numerosas são pouco maleáveis, deste modo, é um fator que suscitou a desistência deste tipo de pecuária, visto que os entrevistados estavam acostumados a técnicas mais flexíveis de produção.

Ainda que várias pesquisas mostrem um cenário vantajoso para a produção orgânica é importante lembrar que este tipo de produção exige o cumprimento de inúmeras regras, gastos com certificações, vistorias, taxas e serviços que podem acabar por encarecer a carne orgânica. Em consequência disso, para que se alcance uma média satisfatória de ganho este produto precisa ser posto a venda por preços bem superiores em relação ao convencional, no entanto, esses preços para a maioria dos entrevistados não suprem os custos da produção.

Por ser algo ainda pouco conhecida, como mostram as pesquisas, a carne orgânica enfrenta um mercado, em que boa parte dos consumidores não estão convencidos das atribuições benéficas deste produto ou mesmo nem conhecem

quais seriam estas atribuições. Assim a busca por possibilidades maiores de comercialização torna-se difícil, sendo este motivo também citado pelos produtores.

Embora a pecuária orgânica tenha uma excelente filosofia de produção é preciso que haja mais divulgação e que o Estado esteja mais comprometido com esse mercado, permitindo aos produtores investir nesse ramo com melhores expectativas financeiras.

O objetivo desta pesquisa foi alcançado e a metodologia utilizada supriu as necessidades da pesquisa. Contudo é possível realizar novas pesquisas neste ramo, buscando estudar as estratégias dos pecuaristas de animais orgânicos que continuam neste mercado.

Principais Referências

DAROLT, Moacir Roberto. **Pecuária orgânica: procedimentos básicos para um bom manejo da criação.**2001. Disponível em :

<<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=30&pg=2&n=3>>. Acesso em: 15 Abril 2012.

DOMINGOS, Ivens Teixeira. **Cenário atual da pecuária bovina de corte orgânica certificada na Bacia do Alto Paraguai (BAP). Brasil.** 2005. Disponível

em:<www.wwf.org.br/informacoes/bliblioteca/publicacoes_pantanal/?5940>.

Acesso em: 14 março 2012.

MORAES, André Steffens de. **Pecuária orgânica no Pantanal: alternativa rentável e sustentável.** Corumbá: Embrapa Pantanal, 2010. 5p. ADM – Artigo de Divulgação na Mídia, n. 143. Disponível em: <

www.cpap.embrapa.br/publicacoes/download.php?arq_pdf.> . Acesso em: 14 março 2012.

PEREIRA, Luis Eduardo Arns. **Os desafios para o desenvolvimento da agricultura orgânica no Brasil.** 2011. Disponível em:

<<http://balaioorganico.blogspot.com.br/2011/09/os-desafios-para-o-desenvolvimento-da.html> >. Acesso em: 21 março 2012.

ORGANIC SERVICE. **Pesquisa sobre comportamento e a percepção do consumidor de alimentos orgânicos no Brasil- 2010.** Disponível em: <<http://www.organic-services.com.br/projeto.asp.>> . Acesso em: 15 abril 2012.

SANTOS, Sandra Aparecida; COSTA, Cirino. **Manejo sustentável das pastagens nativas do Pantanal: produzir mais sem afetar o meio ambiente.** 2012. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuario/artigo_agropecuario/manejo_sustentavel_das_pastagens_nativas_do_pantanal:_produzir_mais_sem_afetar_o_meio_ambiente.html > . Acesso em: 11 maio 2012.

TORRES, Thaysa Rodrigues et al. **Produção de carne orgânica.** Revista eletrônica Nutritime. Artigo 137. 2011. Disponível em:

www.nutritime.com.br/.../artigos/137V8N3P1509_1516_MAI2011_ . Acesso em: 29 março 2012.

WACHSNER, Sylvia. **Desafios para a produção orgânica**. OrganicsNet.2010. Disponível em: <<http://www.organicsnet.com.br/2010/11/desafios-para-a-producao-organica/>> Acesso em: 19 março 2012.

ANÁLISE DOS FATORES QUE LEVAM AS EMPRESAS DE COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO A TERCEIRIZAREM OS SERVIÇOS CONTÁBEIS

José Edipoan Augusto de Souza Ribeiro (naopide_esoj@hotmail.com), Laercio Juarez Melz (laercio@unemat.br).

Área: Educação Cultura e Sociedade: Limites e possibilidades na formação profissional.

Palavras-chave: Terceirização. Vantagens. Desvantagens. Contabilidade.

Resumo:

A pesquisa teve como objetivo verificar quais são os fatores que levam uma empresa a optar pela terceirização dos serviços prestados pelo contador, analisar o grau de satisfação e também a importância dos fatores, destacando as vantagens e desvantagem desse procedimento, pois o contador deve auxiliar o empresário na tarefa de administrar os negócios. Foram utilizadas as metodologias de pesquisa bibliográfica, explicativa e survey. Com este trabalho verificou demonstrar que a utilização da prestação de serviços de um profissional contábil é primordial para a manutenção de uma empresa no mercado atual. A terceirização de serviços contábeis é uma estratégia encontrada pelas empresas de materiais para construção, como forma de enfrentar a concorrência, reduzir as despesas e melhorar o recurso financeiro disponível. O fator que obteve destaque no que diz em relação às empresas de materiais para construção a optar pela terceirização dos serviços contábeis foi à redução dos custos, pois para uma empresa de pequeno ou médio porte, às vezes tornaria inviável a manutenção do departamento contábil internamente.

Introdução

Os serviços contábeis são fundamentais para as organizações empresariais. Muitas procurando reduzir custos, e utilizam-se da terceirização destes serviços. Este procedimento é muito utilizado pelas microempresas, empresas de pequeno e médio porte, por ser inviável manter estes serviços dentro do recinto da própria empresa (NUNES, 2009).

Já Martins (2001) define que a terceirização consiste na possibilidade de contratar terceiro para a realização de atividades que não constituem o objeto principal da empresa. Essa contratação pode envolver tanto a produção de bens como serviços, como ocorre na necessidade de contratação de serviços de limpeza de vigilância ou até de serviços temporários.

Adotando a terceirização, a empresa poderá concentrar seus recursos e esforços na sua própria área produtiva, na área em que é especializada, melhorando a qualidade do produto e sua competitividade no mercado (IMHOFF; MORTARI, 2005).

O artigo teve o objetivo geral de verificar quais os fatores que levam as empresas varejistas de materiais de construção de Tangará da Serra – MT a terceirizarem a prestação de serviços. Como objetivos específicos: analisar se as prestações de serviços contábeis auxiliam na tomada de decisões; as vantagens e desvantagens de terceirizar o serviço contábil.

Materiais e métodos

Quanto aos procedimentos trata-se de pesquisa bibliográfica no que se refere às atribuições do contador e levantamento, survey, para obter os dados junto às empresas. O universo de empresas em Tangará da Serra é de 22 empresas, conforme dados coletados na Prefeitura Municipal de Tangará da Serra – MT.

Esta pesquisa foi realizada no 1º (primeiro) semestre de 2012, sendo aplicados questionários fechados em 22 (vinte e duas) empresas que comercializam materiais para construção em Tangará da Serra – MT, entregues pessoalmente, para verificar o que leva as empresas terceirizarem os serviços contábeis, porém das 22 empresas entrevistadas somente 2 (duas) não responderam o questionário. Este foi respondido por gerentes ou proprietários das empresas.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos nas empresas sobre a função que o contador exerce na organização. Os resultados apontaram que a maioria dos entrevistados, 45%, vê o papel do contador como apenas para apurar os impostos a serem pagos. Percebeu-se que a assessoria para tomada de decisão é o papel secundário que o contador deve exercer nas empresas varejistas de materiais de construção. Essa postura contrapõe-se à doutrina contábil que estabelece que o contador deveria ser fonte de informação para a decisão gerencial.

Percebe-se que há igualdade entre as formas utilizadas das informações contábeis pelas empresas: em apenas atender as exigências do Fisco e também para traçar metas e desenvolver ações de crescimento da empresa, com 42% cada. Já 11% dos entrevistados preferiram não informar de que forma são utilizadas as informações dentro da organização, outros 5% definiram que obtêm as informações para saber sobre o giro do estoque, qual produto tem uma demanda e oferta mais em evidência do que a outra.

Foi avaliado a importância e o grau de satisfação dos serviços contábeis dentro do ambiente organizacional respectivamente, nota-se que 89% dos entrevistados afirmam que a contabilidade é uma ferramenta gerencial muito importante para tomada de decisões e outros 11% classificam como importante.

No mesmo pensamento foi analisado o grau de satisfação sobre os serviços prestados, 74% alegaram estarem satisfeitos com as informações prestadas, em contrapartida 21% não estão satisfeitos, e outros 5% preferiram não opinar sobre o assunto.

Os entrevistados que apontaram que o papel do contador na empresa tem como fundamento atender o fisco, também afirmaram que utilizam os serviços para apurar os impostos a serem pagos. Outro fato relevante é que outros 75% afirmaram que o papel do contador na organização é de traçar metas para o desenvolvimento dos objetivos ou uma ferramenta importante para a tomada de decisão.

Nota-se que 68% dos empresários continuariam usando a contabilidade nas organizações, porém há um risco para 21% dos entrevistados na qual apontaram que não utilizariam os serviços, deixando a empresa exposta ao não conhecimento de custos, giro de estoque, análise de liquidez e consequentemente o descontrolado administrativo.

Foi verificado que 58% das empresas entrevistadas recebem essas informações mensalmente, outros 32% recebem semanalmente e 10% dos entrevistados não expuseram sua opinião ou não souberam responder a periodicidade das informações, atribuídos 5% para cada.

Através do detalhamento das respostas dos entrevistados sobre as vantagens e desvantagens da terceirização dos serviços contábeis, 2 entrevistados apontaram somente desvantagens na terceirização. Os entrevistados que apontaram a redução de custo como vantagem, apontaram como desvantagem, principalmente, a perda de prestígio no mercado. Em contrapartida nota-se em que outra boa parte dos entrevistados afirmaram que é desvantagem em relação aos serviços contábeis que não contribui com a competitividade do produto no mercado de trabalho (12 entrevistados), porém 13 empresários apontaram que seria vantajoso a terceirização para melhorar a qualidade do serviço que a empresa de comércio de materiais para construção oferece aos seus clientes, o contador pode analisar o que está sendo vantajoso em saída de estoque ou centralizar o investimentos em propagandas, em inovação de estoques, em treinamento de pessoal entre outros fatores que contribuam a qualidade do serviço.

Os resultados apontaram que a maioria dos entrevistados, perante aos serviços contábeis levantados para a pesquisa, afirmaram que a análise da elaboração de balanços e demonstrações (89%), encaminhar declarações (100%), apuração e controle de lucros/prejuízos (89%) e a elaboração de processos governamentais (89%) foram pontos que destacaram diante dos outros como serviços feitos exclusivamente pelo contador. Percebeu-se também que algumas

empresas não utilizam a reavaliação de ativos (56%), mesmo existindo legislação prevendo as práticas para esse procedimento.

Considerações Finais

O artigo teve o objetivo geral de verificar quais os fatores que levam as empresas varejistas de materiais de construção de Tangará da Serra – MT a terceirizarem a prestação de serviços. Foi analisado e apontado como objetivo específico que a prestação de serviços contábeis auxilia as empresas na tomada de decisão. Também foi verificado que a contratação dos serviços terceirizados contábeis possui vantagens e desvantagens, na qual é destacado um ponto importante, que caso seja mal utilizado pode se tornar um risco para a empresa, que é a redução de custos, pois não havendo uma administração correta e decidida pode ter a perda de qualidade do produto e a descentralização de informações. Obteve-se como fatores determinantes para a terceirização a qualidade nos serviços prestados e a redução de custos.

Contudo, novas pesquisas relacionadas ao assunto perante as outras empresas podem ser realizadas, sejam no ramo de vestuário, construtoras, automobilística, como também nas empresas de comércio de materiais de construções das demais regiões, não só de Mato Grosso, mas também do Brasil. A finalidade seria contribuir tanto aos contadores quanto aos administradores, para que haja harmonia em relação ao trabalho um para com o outro.

Agradecimentos

A Deus, o que seria de mim sem a fé que eu tenho nele. Aos meus pais, irmãos e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Ao meu orientador Laercio Juarez Melz, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão deste artigo.

As empresas que ofereceram disponibilidade e autenticidade das informações, que foram de suma importância para obtenção dos resultados deste artigo.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constantes.

Principais Referências

IMHOFF, Márcia Moraes; MORTARI, Aline Perico. **Terceirização, vantagens e desvantagens para as empresas**. Santa Maria: 2005.

MARTINS, Sérgio Pinto. **A Terceirização e o direito do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001.

NUNES, Sandra M. A. **Terceirização de serviços contábeis: um estudo de caso na tropical calçados**. Juína – MT: 2009. < <http://www.biblioteca.ajes.edu.br>>. Acesso em: 10 de Novembro de 2011

COMPARAÇÃO DOS CUSTOS DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E CUSTOS FIXOS POR SAFRA, ENTRE A PULVERIZAÇÃO AÉREA E A PULVERIZAÇÃO TERRESTRE NA REGIÃO DE TANGARÁ DA SERRA – MT

Danilo Freitas Ferreira (danilo_bradesco@hotmail.com), Laércio Juarez Melz (laercio@unemat.br)

Universidade do Estado de Mato Grosso/Departamento de Ciências Contábeis/Tangará da Serra, MT.

Área: Gestão de custos de produção

Palavras-chave: Gestão agroindustrial. Custos agrícolas. Agricultura de precisão.

Resumo:

A pesquisa teve o objetivo de apresentar os custos da pulverização aérea e pulverização terrestre na região de Tangará da Serra - MT. Para isso o método utilizado foi o questionário com questões abertas para explicação e questões fechadas para avaliação dos custos. Os resultados apontam que a pulverização aérea é requisitada em casos emergenciais para os pequenos e médios produtores. Os grandes produtores utilizam a pulverização aérea sempre que necessária. Concluiu-se que o custo de aquisição de equipamento da pulverização terrestre é menor em comparação com a pulverização aérea. O motivo é o alto custo da aeronave, principalmente considerando os juros através de financiamento. Deve salientar-se que para obter bons resultados no final da safra, o produtor deverá calcular previamente os custos fixos e variáveis dos equipamentos, bem como os custos por amassamento, compactação do solo, o tempo de aplicação e entre outros.

Introdução

A agricultura passou por um processo de industrialização que transformou a produção agrícola semelhante a uma indústria, que demanda determinados insumos para produzir produtos agrícolas, que serão utilizados por outros segmentos do sistema econômico. Sendo assim, a agricultura passa a ser um elemento que interage significativamente com os demais segmentos econômicos (KAGEYAMA, 1990). A escolha de um equipamento depende de um grande número de fatores, tais como: tamanho da área, capital disponível para o investimento, mão de obra requerida, condições do solo e acessibilidade da lavoura, tipo de cultura, condições climáticas e a frequência necessária dos tratamentos (THORNHILL; MATTHEWS, 1994). Segundo Carvalho (2006, apud COSTA, 2009 p. 27) a atividade de produção agrícola só será atrativa do ponto de vista econômico

se forem avaliados todos os fatores de custos. Todos os itens de produção são elevados, por isso, é preciso encontrar uma forma de minimizar esses custos mantendo a qualidade.

De acordo com Schröder (2005), as aplicações por vias aéreas e terrestres não são necessariamente concorrentes, mas sim, complementares, pois cada uma apresenta características próprias, tanto do ponto de vista técnico como operacional, sendo, portanto, de suma importância o conhecimento dos seus diferenciais para a tomada de decisão de quando adotar uma ou outra tecnologia. Afirma Costa (2009, p.26) que “as duas tecnologias tornam-se complementares a partir do momento que as vantagens de uma tornam-se desvantagens para a outra e vice-versa”.

Materiais e métodos

A pesquisa fica delimitada no setor agrícola, abrangendo tais culturas como: a soja, a cana de açúcar, algodão, pastagem e o milho, devido ao caráter sistêmico da região, e com o qual deve ser abordada, tornam-se gigantesca se não for delimitado o espaço de análise.

Como primeira etapa da realização do trabalho, foi realizada uma revisão da literatura através de pesquisa bibliográfica sobre as vantagens e desvantagens da pulverização aérea e da pulverização mecanizada. Foi realizada também pesquisa de conceitos para padronização da linguagem utilizada no contexto. Na segunda etapa da execução do trabalho, obtiveram-se dados primários através da aplicação da entrevista semiestruturada, utilizando o método “bola de neve”. A amostra de entrevistados foi representativa em vários setores do segmento agrícola, totalizando dezesseis entrevistados da região de Tangará da Serra - MT, entre eles: empresas representantes de defensivos agrícolas; empresas prestadoras de serviços de pulverização aérea; empresas de grande porte de produção de soja, algodão e milho; pequenos, médios e grandes produtores rurais de várias culturas entre elas: soja, milho, pastagem e cana de açúcar; engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas. Concluindo a terceira etapa.

Resultados e Discussão

Para a aeronave foram considerados conforme Ozeki (2006), a depreciação 10% do valor da aeronave mais sistema DGPS (GPS da aeronave) dividido em 10 anos e a depreciação dos equipamentos, 100% do valor dividido em quatro anos. Foram levantados ainda através de orçamentos bancários os custos com financiamento de 18% ao ano. Esta é uma taxa média considerada dentro dos padrões para veículos, aeronaves e equipamentos agrícolas. Também foi obtido o valor de salário de um piloto agrícola em média de R\$ 90.000,00 por safra. (Tabela 1).

Tabela 1 – Custo fixo de uma aeronave e seus equipamentos de apoio, em R\$, por ano.

Despesas	Valor R\$	%
-----------------	------------------	----------

Depreciação aeronave	80.000,00	24
Depreciação do veículo e equipamento.	11.000,00	3
Juros de financiamento	153.000,00	46
Salário do piloto	90.000,00	27
Totais	334.000,00	100

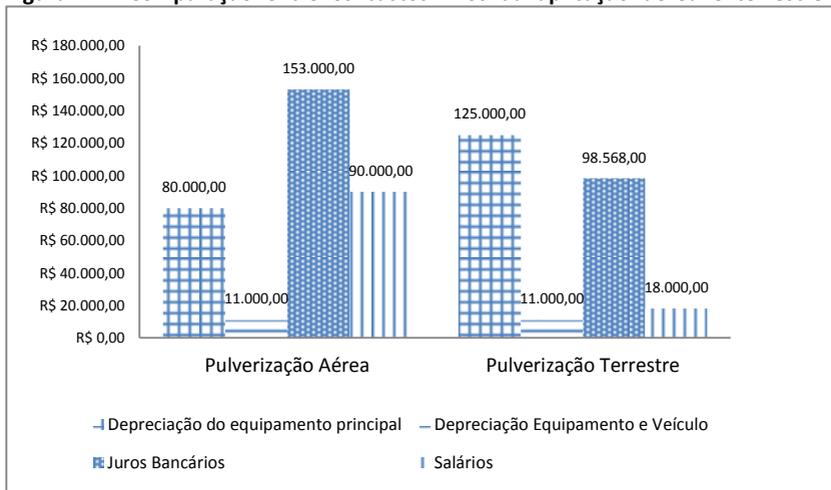
Conforme dados da empresa fornecedora do pulverizador terrestre a depreciação correta do pulverizador é de 25% do valor total do bem, por quatro anos. O equipamento e veículo seguem os mesmos cálculos de depreciação realizados para pulverização aérea, uma vez que os valores são iguais para ambos modelos de aplicação. Bem como, os custos com o financiamento permanecem com a mesma taxa. Porém os custos levantados com um operador de pulverizador foram de R\$ 18.000,00 por safra, uma média de R\$ 3.000,00 mês. (Tabela 2).

Tabela 2 – Custo fixo de um pulverizador e seus equipamentos de apoio, em R\$, por ano.

Despesas	Valor R\$	%
Depreciação do pulverizador	125.000,00	50
Depreciação do veículo e equipamento.	11.000,00	4
Juros de financiamento	98.280,00	39
Salário do operador de pulverizador	18.000,00	7
Totais	252.280,00	100

Na figura 1, apresenta se a comparação dos custos fixos, em reais por safra da pulverização aérea em relação a terrestre.

Figura 1 – Comparação entre os custos fixos da aplicação aérea e terrestre



Conclusões

Concluiu-se que na região de Tangará da Serra-MT o custo de aquisição de equipamento da pulverização terrestre é menor em comparação com da pulverização aérea. O motivo é o alto custo da aeronave, principalmente considerando os juros através de financiamento.

Conforme Carvalho (2003), afirma que toda agricultura de precisão exige um alto custo desde a aquisição de equipamentos a mão de obra com pessoal. Constatamos que para os pequenos e médios agricultores da região de Tangará da Serra-MT existem fatores que contribuem para o alto custo da pulverização aérea, tais como: mão de obra e manutenção da aeronave, que devem ser realizadas frequentemente. Para os grandes produtores e grandes empresas agrícolas, que possuem os dois tipos de equipamentos, são calculados todos os custos fixos e variáveis desde a mão de obra até o amassamento causado pelo trator. A possibilidade dada, pela aplicação aérea, de aplicação no momento oportuno controla as pragas, não deixando a mesma se alastrar, isso evita a perda da cultura e economiza em defensivos agrícolas. Para grandes produtores e empresas agrícolas, a pulverização aérea não é considerada uma aplicação de alto custo. Isso porque, ao final da safra, os benefícios trazidos pela mesma são satisfatórios.

Referências

KAGEYAMA, A. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Agricultura e políticas públicas.** Brasília: IPEA, 1990.

THORNHILL, E. W. ; MATTHEWS, G. A. **Equipo de aplicación de pesticida para uso em agricultura. Boletín de servicios agrícolas de la FAO**, v.2. Roma, Italia. 1994. 112p.<http://www4.fao.org/cgi-bin/faobib.exe?vq_query=A%3DThornhill,%20E.W.&database=faobib&search_type=view_query_search&table=mona&page_header=ephmon&lang=eng> Acesso em: 19 set. 2011.

COSTA, Deise Isabel. **Eficiência e qualidade das aplicações de fungicidas, por vias terrestre e aérea, no controle de doenças foliares e no rendimento de grãos de soja e milho.** Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Agronomia da UPF. Passo Fundo - RS, 2009.

SCHRÖDER, E. P. **Efeito do óleo vegetal agróleo na eficiência do herbicida 2,4-D aplicado por via aérea em arroz irrigado.** In: **Congresso Brasileiro De Arroz Irrigado, 4. Santa Maria, RS, 2005.** Anais. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Agosto. 2005. p.209- 210.

CARVALHO, Wellington P. A. **Desempenho de um controlador de fluxo com DGPS para máquinas de pulverização.** Tese (Doutorado) Faculdade de Ciências Agrônomicas da UNESP. Botucatu-SP, 2003.

OZEKI, Yasuzo. **Manual de aplicação aérea.** São Paulo: Centro Avançado Syngenta 2006.

CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM HECTARE DE CUPUAÇU

Adriana Vale (adriana.rpioneira@hotmail.com); Cleci Grzebieluckas (cleci@unemat.br)

Área: Econômica

Palavras-chave: Custos. Cupuaçu. Implantação

Resumo:

O estudo teve como objetivo identificar os custos para a implantação de um hectare de cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.) Schum.). É uma pesquisa de natureza exploratória quantitativa e descritiva e teve como instrumento de coleta entrevista in loco um roteiro estruturado. O estudo mostrou que para se implantar um hectare de cupuaçu é necessário um montante de R\$32.494 divididos em máquinas e instalações, insumos e mão-de-obra.

Introdução

O cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.) Schum.), está ganhando espaço na comercialização de frutas, principalmente pelas características de sabor, aroma e possibilidades de utilização doméstica e agroindustrial da sua

polpa. A polpa do cupuaçu é a parte mais frequentemente usada no preparo caseiro de sucos, sorvetes, tortas, licores, compotas, geleias e biscoitos. As sementes são utilizadas para extração de gordura para obter a manteiga de cupuaçu, além de outras partes do fruto tais como a casca entre outros (OLIVEIRA JUNIOR; COSTA, 2003; GRIBEL et al., 2008). O cupuaçu é um fruto amazônico que já foi causa de batalhas judiciais em fóruns internacionais, mas que atualmente é considerado legalmente um produto com autenticidade brasileira (GRIBEL et al., 2008).

O estado do Pará é o maior produtor nacional de cupuaçu, somente em 2007 foram produzidas e comercializadas aproximadamente 40 mil toneladas do fruto (FIORENSE, 2008). O cultivo do cupuaçu também vem se destacando, em diversas regiões do Brasil, entre elas a região do Vale do Teles Pires MT onde são plantados 375 hectares de terra das árvores frutíferas, produzindo aproximadamente 430 toneladas (OLIVEIRA, 2010). Não somente no Vale do Teles Pires em Mato Grosso como também em outros municípios de Mato Grosso tais como Juína e Carlinda o cupuaçu é cultivado por pequenos produtores consorciado com outras culturas (OLIVEIRA et., al., 2010), e Nova Olímpia que possui um plantio com 500 árvores. Diante do exposto o estudo teve como objeto identificar os custos de implantação e manutenção necessários para o cultivo de cupuaçu.

Materiais e métodos

Esta pesquisa é de natureza exploratória e descritiva com abordagem quantitativa. O estudo foi realizado com um plantio de cupuaçu em uma propriedade rural no Assentamento Rio Branco no município de Nova Olímpia MT. As informações foram obtidas por meio de visitas in loco através de entrevistas e roteiro estruturado. O estudo tomou como base um hectare de terra.

Resultados

Verifica-se (Tabela 1) que para se implantar um hectare de cupuaçu é necessário um montante de R\$32.494,00. Na região estudada o preço de um hectare de terra é comercializado por R\$7.500. O preparo do solo se refere a hora/máquina do trator para gradear o solo e a adubação química do plantio. O poço de água junto com a bomba de água serve para levar água ao reservatório que é utilizado para a irrigação das mudas nos primeiros anos. A bomba de veneno para combater as pragas que atacam o início do plantio. O barracão é necessário para abrigar fermentas e também para despulpamento do cupuaçu e armazenamento do fruto.

Tabela 1 - Custo dos materiais necessários para a implantação do cupuaçu (ha)

Materiais	Máq. e instal. R\$/ha	Insumos R\$/ha	Mão de obra	Total R\$/ha
Aquisição da terra	7.500,00			7.500,00

Preparação do solo	240,00			240,00
Poço d'água	2.000,00			2.000,00
Bomba de água e instalações	250,00			250,00
Mangueira para irrigação	700,00			700,00
Caixa de água	2.000,00			2.000,00
Bomba de veneno	220,00			220,00
Barracão	5.000,00			5.000,00
Máquina despulpadora	5.500,00			5.500,00
Câmara fria	5.000,00			5.000,00
Balança	560,00			560,00
Carrinho de mão	190,00			190,00
Ferramentas	55,00			55,00
Adubo		30,00		30,00
Baldes		30,00		30,00
Bacia		69,00		69,00
Mudas		2.500,00		2.500,00
Reposição de mudas		250,00		250,00
Plantio de mudas			250,00	250,00
Replante das mudas			50,00	50,00
Aplicação de veneno			50,00	50,00
Aplicação de adubo			50,00	50,00
Total	29.215,00	2.879,00	400,00	32.494,00

A câmara fria serve para o armazenamento da polpa. A máquina despulpadora é usada na lavagem e o despulpamento da fruta, junto com a mesa que serve como apoio para embalar a polpa. As bacias e baldes servem para conduzir a polpa até a câmara fria que serve para congelar a polpa. A balança é utilizada na pesagem da polpa antes do seu congelamento. O reservatório é utilizado para o armazenamento de água utilizado na irrigação do plantio. O carrinho de mão para o início do plantio no transporte da muda quanto para a colheita no transporte do fruto. A cavadeira, foice, facão são as ferramentas utilizadas para o plantio de mudas. A reposição das mudas significa o replante das árvores que não vingaram representando 10% junto com a aplicação de veneno.

Quanto aos custos de manutenção estes se aproximam de R\$13.566,57 distribuídos em depreciações, salários, manutenção, embalagens, custo do aluguel da terra entre outros.

Considerações finais

O estudo identificou que os custos de implantação estão muito próximos dos custos de implantação de outros frutos. Acredita-se que o cupuaçu poderá ser uma atividade lucrativa e com baixo custo de implantação para as pequenas

famílias de agricultores já que pode ser consorciado com outras culturas e parece se adaptar bem na região.

Referências

FIORENCE, Camila, **Parente do cacau, caroço do cupuaçu rende o “cupulate”**, Notícia da Amazônia, 2008.

GRIBEL, Rogério, et al. **Polinização e manejo dos polinizadores do cupuaçu** (*Theobroma grandilorum*), Manaus, INPA, 2008.

OLIVEIRA, Adriana, **Cupuaçu e Pupunha, Boa Alternativas Para o Vale do Teles Pires, MT Regional**, 2010. Disponível em: <www.mtregional.mt.gov.br/conteudo.php?sid=5&cid=380> Acesso em: 20 set. 2011.

OLIVEIRA JUNIOR, Aristides R. O. ; COSTA, Alcides M. Projeto Potencialidades Regionais Estudo de Viabilidade Econômica Cupuaçu, **Instituto Superior de Administração e Economia ISAE/Fundação Getúlio Vargas (ISAE)**, julho 2003.

EDUCAÇÃO FISCAL: DIAGNÓSTICO DO NÍVEL DE CONSCIENTIZAÇÃO PRESENTE NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT) – CAMPUS DE TANGARÁ DA SERRA

Mariana Alves da Silva (mariana.alves1984@gmail.com), Julio Cezar de Lara (juliocezar.lara@gmail.com)

Área: Educação Cultura e Sociedade: Limites e possibilidades na formação profissional

Palavras-chave: Práticas Educacionais. Tributos. PNEF.

Resumo

O estudo tem como objetivo descrever o conhecimento e comprometimento dos formandos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da UNEMAT – *Campus* de Tangará da Serra – em relação ao Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) em decorrência à formação obtida no curso. Questiona-se neste estudo se os graduandos de Administração em Empreendedorismo e Ciências Contábeis têm um real conhecimento sobre a importância, dimensão e efeitos da educação fiscal, bem como entender qual o nível de conhecimento dos graduandos em relação ao PNEF. Como hipótese ao problema entende-se que existe conhecimento por parte dos acadêmicos em relação a educação fiscal, porém tal conhecimento deve ser intensificadas no âmbito da Universidade com ações educativas e metodológicas na grade curricular. Com o resultado da pesquisa, observou-se que os graduandos têm

um conhecimento elementar, mas esses conhecimentos não atendem às expectativas geradas pelo PNEF.

Introdução

O Brasil tem evoluído razoavelmente no quesito melhoria da condição social dos menos favorecidos. No entanto, o caminho a percorrer ainda é longo e a evolução plena só se obtém quando sua população elege corretamente representantes que trabalhem em prol do coletivo e que exijam uma eficiente administração dos recursos públicos.

Como a principal fonte dos recursos públicos origina dos tributos, é imprescindível que o cidadão seja ciente que desempenha importante papel no processo de controle dos gastos públicos, que compreenda o acompanhamento das ações de Governo, a arrecadação justa e a aplicação das receitas.

Neste contexto, a educação se apresenta como um importante aliado, pois como nos ensina Nascimento *et al* (2007), ela deve contemplar também um processo de conscientização tributária que irá proporcionar, tanto ao indivíduo como ao próprio Estado, o conhecer e o entender de como devem ser tratados os impostos e contribuições em conformidade ao que preconiza a Constituição Federal Brasileira de 1988.

Materiais e métodos

De acordo com a finalidade da pesquisa, conforme Vergara (2009), ela pode ser classificada como descritiva e exploratória. Na pesquisa bibliográfica buscou-se conhecer e analisar a evolução histórica e científica sobre o tema. Quanto aos meios, foram realizadas pesquisas em livros, revistas, artigos científicos e sites oficiais além de um estudo de caso com a aplicação de questionário específico dirigido aos acadêmicos dos últimos semestres dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da UNEMAT – *Campus* Tangará da Serra- MT. O questionário foi aplicado entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 2012.

Revisão Literária

A História do Tributo e a Relação entre a Sociedade e o Governo

O termo *tributo* vem do latim “*tributum*” quer dizer que se paga a outrem, como subordinação. Nas sociedades primitivas, *os tributos* eram presentes ou ofertas voluntárias ao líder, chefe guerreiro, político ou religioso. Cada vez maiores, eram as reclamações de recursos, do líder e do grupo que possuía o poder, e essas exigências já não podiam mais ser sustentadas apenas pelos membros de uma família, assim o líder e seus súditos saíam à conquista de novas terras e territórios para conseguir mais súditos para realizar o pagamento das contribuições (SILVA, 1993).

A Escola de Administração Fazendária - ESAF (2008) entende que “para desempenhar suas funções, o Estado deve possuir uma fonte de renda, que pode

ser proveniente de receitas correntes e de capital”, e complementa dizendo que “no Brasil, o tributo é a principal fonte de financiamento sustentável das atividades estatais do governo”.

A Consciência Fiscal e a Cidadania

Conforme Versa (2000), a participação consciente do cidadão é fator primordial na construção de uma formação sócio humana igualitária e deve englobar um conjunto de ações que possibilitem a participação da sociedade nessa construção a partir das suas próprias ações.

A cidadania é o exercício de direitos e deveres em que “ser cidadão” significa participar da vida social do seu país, cumprir seus deveres e exercer seus direitos. Porém, ter consciência fiscal é ir além, é desenvolver o que se compreende por cidadania (SANTANA, 2011). Uma das promessas do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) é pela construção da cidadania, com solidariedade, ética, transparência, responsabilidade fiscal e social.

O Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF

O PNEF foi elaborado pelo Governo Federal buscando o envolvimento de diversos órgãos e também parcerias com os Governos Estaduais, Municipais e Distrito Federal. (ESAF, 2008).

Pode-se citar como alguns dos principais objetivos a disseminação do papel da sociedade em relação aos cidadãos, a otimização da estrutura da administração pública, a função socioeconômica dos tributos, aplicação dos recursos públicos e estratégicos eficientes e meios adequados para o exercício do controle social.

Resultados e Discussão

Os dados obtidos através da aplicação de questionários, durante a pesquisa, foram tabulados e está demonstrado na Tabela 01 agrupando o resultado em três colunas, como veremos a seguir.

Tabela 01. Quadro geral dos questionamentos realizados aos acadêmicos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da UNEMAT de Tangará da Serra realizado em fevereiro de 2012.

	Muito Satisfatório / Satisfatório	Pouco Satisfatório	Insatisfatório / Totalmente Insatisfatório
Contribuição oferecida pela formação obtida nos cursos de Administração e Ciências Contábeis para a vida profissional e melhoria da sociedade.	89%	11%	0%
Percepção sobre a Administração Pública que envolve a tributação, arrecadação, alocação e controle dos gastos públicos.	11%	38%	49%
Percepção sobre a função socioeconômica	25%	40%	35%

dos tributos com forma de reduzir as desigualdades sócias			
Conhecimento sobre o futuro profissional e harmonia com o Estado.	33%	45%	22%
Conhecimento sobre a forma de fiscalizar e aplicar os recursos públicos.	53%	38%	9%
Obtenção de conhecimento em relação à LRF e a responsabilidade dos gestores públicos nas três esferas de poder.	40%	38%	22%
Percepção de uma nova prática educacional voltada à educação fiscal.	25%	44%	31%
Conhecimento sobre o Programa Nacional de Educação Fiscal.	31%	51%	18%
Somatória dos percentuais das colunas	39%	38%	23%

Fonte: Elaborado pelos autores.

O que se observa é que, de uma forma geral, a universidade está preparando os universitários dos cursos de Administração e Ciências Contábeis de acordo com os objetivos do PNEF.

No entanto, ao se comparar a coluna 1 com a coluna 2, encontramos percentuais próximos demonstrando que ainda existem oportunidades para ações de melhoria.

Cabe destacar o resultado da segunda linha que evidenciou um baixo conhecimento a respeito da estrutura das administrações tributárias. O que contrapôs esse resultado foi o da quinta linha que demonstrou um nível de conhecimento satisfatório em relação a fiscalização e aplicação dos recursos públicos. Entende-se que este é um bom indicador que estimula a universidade a reforçar ações em conjunto com a administração tributária.

Conclusões

Quanto ao objetivo principal de diagnosticar o grau de conhecimento e comprometimento dos formandos dos cursos de Administração e Ciências Contábeis em relação à PNEF e a gestão pública, percebe-se que existe conhecimento por parte dos acadêmicos em relação ao programa, mas a abordagem é simples, e não atende às expectativas geradas pelo PNEF, pois o nível de conhecimento dos graduandos ainda é pouco satisfatório.

A hipótese de se o conhecimento fiscal existia entre os acadêmicos foi confirmada com o resultado da pesquisa, pois mesmo que de forma equivocada os graduandos têm uma percepção sobre educação fiscal, que pode ainda ser reforçada com ações educativas e metodológicas inseridas nas grades curriculares mais efetivas pela universidade.

Agradecimentos

Agradeço o professor Julio Cezar de Lara, pela orientação e a todos que participaram direto e indiretamente na construção deste trabalho.

Referências

BRASIL. Ministério da fazenda. Escola de Administração Fazendária. **Programa nacional de educação fiscal: educação fiscal no contexto social** (Série educação fiscal. Caderno, 1). Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/parceiros/educação-fiscal/caderno/caderno-1.pdf>. Acesso em 22 nov. 2011.

_____. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 20 mar. 2012.

NASCIMENTO, Vilmar Crisanto do. *et al.* Revista Brasileira de Contabilidade. **Uma visão exploratória sobre a visão fiscal presente na formação do graduando em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Novembro/dezembro 2007. nº 174.

SANTANA, Marcos Silvio. **O que é cidadania**. 2011. Disponível em: <http://www.advogado.adv.br/estudantesdireito/fadipa/marcoossilviodesantana/cid-adania.htm>. Acesso em 10 fev. 2012.

SILVA, M. (Coord.) **A história dos tributos: uma conquista do homem**. Vitória: Abril, 1993.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisas em Administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

VERSA, Severino Batista. **As políticas públicas de educação no município**. Ijuí: Uijuni, 2000.

ESPÉCIES DE PLANTAS EXISTENTES NO ENTORNO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - CAMPUS DE TANGARÁ DA SERRA - MT

Jeovani Oliveira Marcelo (jeovaniom@hotmail.com), Cleci Grzebieluckas (cleci@unemat.br), Celice Alexandre Silva (celicealexandre645@hotmail.com).

Área: Contabilidade social e ambiental

Palavras-chave: Aquecimento global. Biomassa. Sequestro de carbono.

Resumo:

Existem comprovações de que as árvores contribuem para mitigar o clima, controlar a radiação solar, ventilar e manter a umidade relativa do ar entre outros serviços. O objetivo desta pesquisa foi catalogar as plantas em estágio reprodutivo, calcular o Diâmetro a Altura do Peito (DAP 1,30 cm) e altura das plantas (H) do entorno do UNEMAT - Campus de Tangará da Serra – MT. Foram identificadas 235

plantas, porém fizeram parte da amostra somente as com DAP acima de 5 cm totalizando 186 árvores. As plantas foram agrupadas por famílias taxonômicas e em nível de espécie. Foram identificadas 15 famílias botânicas, distribuídas em 33 gêneros e 40 espécies. Esta diversidade de espécies botânicas cumpre um importante papel dentro do Campus da Unemat de Tangará da Serra, pois, além do conforto térmico que proporciona aos usuários, fornecem sombra e abrigo para veículos, fonte de alimento aos animais e sobretudo auxilia no sequestro de carbono.

Introdução

As emissões dos Gases de Efeito Estufa (GEEs) são oriundas principalmente da queima de combustíveis fósseis, desmatamento e das mudanças do uso da terra e das florestas. O aumento desses GEEs vem causando diversas alterações climáticas provocando catástrofes naturais tais como enchentes e secas cada vez mais severas (PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – IPCC, 2001). O plantio de florestas tem sido recomendado como uma das medidas para se evitar, ou pelo menos diminuir, o efeito estufa causado pelo aumento das concentrações de determinados gases na atmosfera (COTTA; TONELLO, 2006). Já existem comprovações de que as árvores contribuem para mitigar o clima em áreas urbanas, controlar a radiação solar, ventilação e umidade relativa do ar.

Os vegetais aproveitam sua capacidade fotossintética, fixa o CO₂ atmosférico, biossintetizando na forma de carboidratos, sendo por fim depositados na parede celular (RENNER, 2004). Os Gases de Efeito Estufa (GEEs) podem ser removidos da atmosfera por meio do crescimento de plantas selecionadas especialmente para essa finalidade (BAIRD, 2002 apud BARRETO, 2009). O sequestro florestal de carbono refere-se a processos de absorção e armazenamento de CO₂ atmosférico, a fim de minimizar seus impactos no ambiente visando à diminuição do efeito estufa. É uma alternativa viável para amenizar o agravamento do processo de elevação da temperatura global, pelo aumento dos (GEEs).

A partir da década de noventa com a implantação dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Letras no Campus da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) de Tangará da Serra, convencionaram-se um plantio de árvores para cada turma de formandos dos diversos cursos. Atualmente estas árvores, juntamente com as espécies plantadas no estacionamento e entorno do Campus, contribuem para o conforto térmico e paisagístico do local. Neste contexto, o objetivo do estudo foi catalogar as plantas do entorno do Campus da UNEMAT de Tangará da Serra - MT.

Materiais e métodos

Esta pesquisa é de natureza exploratória e descritiva com abordagem quantitativa. Pesquisas exploratórias têm como finalidade proporcionar ao

pesquisador maior familiaridade com o problema, visando torná-lo mais explícito. Enquanto a pesquisa descritiva objetiva conhecer e interpretar a realidade sem que o pesquisador interfira para modificá-la (MALHOTRA, 2001).

O objeto de estudo foram todas as árvores em estágio reprodutivo do entorno do Campus da UNEMAT, localizado na Latitude 14°39'11.66" S e Longitude 57°26'2.97" O, às margens da Rodovia MT – 358, Km 07, Jardim Aeroporto, na cidade de Tangará da Serra- MT a 240 km da capital Cuiabá. Considerou-se uma área de 3,7 hectares onde se encontram os pavilhões de salas de aulas, biblioteca, cantina, laboratórios, Centro de Pesquisas, Estudos e Desenvolvimento Agroambientais (CPEDA), Departamentos dos cursos, sede administrativa com seus anexos e estacionamento.

Para cada planta foram obtidos os seguintes parâmetros: nome vulgar, nome científico, família, medida da Circunferência à Altura do Peito (CAP) a 1,30m do solo e estimado a altura (H). Os valores de CAP foram transformados Diâmetro a Altura do Peito (DAP) através da fórmula: $DAP = CAP/\pi$. (VELASCO; HIGUCHI, 2009). Fizeram parte da amostra as plantas que apresentaram DAP > 5 cm. A área de estudada foi de 3,7 hectares. Os valores do DAP e H foram determinados para todas as plantas analisadas utilizando-se a média aritmética simples. As plantas foram agrupadas por famílias taxonômicas e em nível de espécie.

Resultados e Discussão

Foram identificadas 15 famílias botânicas, distribuídas em 33 gêneros e 40 espécies que apresentavam DAP \geq 5 cm, totalizando 186 plantas localizadas na área estuda (Tabela 1).

Tabela 1 – Nome vulgar, nome científico, família, média de DAP em centímetro, média da H em metro e o total de plantas por espécies do entorno do Campus da UNEMAT Tangará da Serra MT, no período de janeiro de 2012.

Nome vulgar	Nome científico	Família	Média de DAP (cm)	Média H (m)	Total de plantas
Acerola	<i>Malpighia emarginata</i>	Malpighiaceae	6,21	3,20	1
Amora	<i>Maclura tintoria</i>	Moraceae	5,81	3,50	2
Aroeira	<i>Schinus terebinthifolius</i>	Anacardiaceae	5,89	4,00	1
Aroeira	<i>Schinus molles</i>	Anacardiaceae	7,48	5,00	1
Aroeira	<i>Myracrodium urundeuva</i>	Anacardiaceae	14,46	7,40	3
Caju	<i>Anacardium humile</i>	Anacardiaceae	7,78	3,23	12
Cassia	<i>Cassia grandis</i>	Leguminosae-Caesalpinioideae	24,62	9,50	6
Cedro	<i>Cedrela fissilis</i>	Meliaceae	15,88	6,65	10
Cumaru	<i>Dipterix alatta</i>	Leguminosae-Papilionoideae	15,94	7,13	4
Eriteca	<i>Erioteca pubescens</i>	Malvaceae	12,89	4,50	1
Espirradeira	<i>Nerium oleander</i>	Apocynaceae	5,41	2,50	1
Ficus	<i>Ficus benjamina</i>	Moraceae	22,95	6,42	6
Ficus	<i>Benjamina variegata</i>	Moraceae	33,25	8,06	5
Goiaba	<i>Psidium guajava</i>	Myrtaceae	14,32	3,50	1

Guariba	<i>Campomanesia sp.</i>	Myrtaceae	16,59	9,00	1
Ingá	<i>Inga emoruii</i>	Leguminosae-Mimosoideae	7,40	2,50	1
Ingá	<i>Inga edulis</i>	Leguminosae-Mimosoideae	11,26	4,30	1
Ingá	<i>Inga vera</i>	Leguminosae-Mimosoideae	55,70	14,50	1
Ipê Amarelo	<i>Handroanthus arianaeae</i>	Bignoniaceae	17,19	4,00	1
Ipê Amarelo do Cerrado	<i>Tabebuia chrysotricha</i>	Bignoniaceae	19,47	7,83	3
Ipê Branco	<i>Tabebuia roseo alba</i>	Bignoniaceae	13,90	4,50	3
Ipê Rosa	<i>Handroanthus heptaphyllus</i>	Bignoniaceae	20,04	6,64	33
Ipê-do-Cerrado	<i>Handroanthus arianaeae</i>	Bignoniaceae	9,23	3,00	5
Jacarandá	<i>Jacaranda mimosaeifolia</i>	Bignoniaceae	37,45	15,00	1
Jambo	<i>Syzygium jambus</i>	Myrtaceae	8,32	3,00	1
Jatobá	<i>Hymenaea coubaril</i>	Leguminosae-Caesalpinioideae	12,68	5,50	3
Mama-Cadela	<i>Brosimum guadichaudii</i>	Moraceae	10,19	5,57	3
Manga	<i>Mangifera indica</i>	Anacardiaceae	25,94	5,37	3
Munguba	<i>Pachira aquatica</i>	Malvaceae	18,11	7,00	2
Não Identificada	Não Identificada	Leguminosae-Caesalpinioideae	9,23	4,00	1
Nim	<i>Azadirachta indica</i>	Meliaceae	14,83	5,18	11
Oiti	<i>Licania tomentosa</i>	Celastraceae	12,39	5,52	37
Paineira	<i>Chorisia speciosa</i>	Malvaceae	39,47	12,00	1
Pau-brasil	<i>Caesalpinia echinata</i>	Leguminosae-Caesalpinioideae	9,63	3,15	2
Pau-Ferro	<i>Caesalpinia ferrea</i>	Leguminosae-Caesalpinioideae	17,98	7,00	1
Pequi	<i>Caryocar brasiliensis</i>	Caryocaraceae	18,78	7,00	1
Pinhão Manso	<i>Jatropha curcas</i>	Euphorbiaceae	5,57	2,35	2
Quaresmeira	<i>Tibouchina granulosa</i>	Melastomataceae	13,58	4,07	10
Sacambu	<i>Platymiscium floribundum</i>	Leguminosae-Caesalpinioideae	31,79	11,25	2
Sombreiro	<i>Clitoria fairchildiana</i>	Leguminosae-Papilionoideae	13,69	4,50	1
Urucum	<i>Bixa orellana</i>	Bixaceae	7,00	3,00	1
Total					186

Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se (Tabela 1) que o oiti são as espécies predominantes (37) representando 20% sobre o total, seguido pelo lpe (33) com 18%. No tocante ao DAP e a altura as plantas que se destacaram foram o Ingá vera e a paineira que apresentaram DAP e altura respectivamente 55,70 e 39,47 cm e 14,5 , 12 m.

Conclusões

Essa diversidade de espécies botânicas cumpre um importante papel dentro do Campus da Unemat de Tangará da Serra, pois, além do conforto térmico que proporciona aos usuários, fornecem sombra e abrigo para veículos, fonte de alimento aos animais e, sobretudo, auxilia no sequestro de carbono.

Agradecimentos

Agradeço a UNEMAT campus de Tangará da Serra por ter cedido à área onde aconteceram os estudos; O engenheiro agrônomo, mestre Admar Junior Coletti por ter cedido o aparelho de GPS para medir área; O engenheiro agrônomo Rogério Gonçalves Lacerda de Gouveia pela ajuda na medição e confecção do mapa da área estuda.

Referências

- BARRETO, Luciano. V.; FREITAS, Andréia. C. S.; PAIVA, Lígia. C. **Sequestro de carbono**. Enciclopédia Biosfera N.07, 2009. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2009/sequestro.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2011.
- COTTA, Michele K.; TONELLO, Kelly C. Os projetos florestais no contexto das mudanças climáticas. **Enc. Energ. Meio Rural**, ano 6, 2006.
- IPCC. Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático. **Cambio climático 2001**: informe de síntesis. Wembley, Reino Unido, 24-25 Sept. 2001.
- MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3.ed.Porto Alegre: Bookman, 2001.
- RENNER, Rosana. M. **Seqüestros de Carbono e viabilização de novos reflorestamentos no Brasil**. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/con/2evavea\(3\).pdf](http://www.ufrgs.br/con/2evavea(3).pdf)>. Acesso em: 12 set. 2011.
- VELASCO, Giuliana. D. N.; HIGUCHI, Niro. Estimativa de sequestro de carbono em mata ciliar: projeto POMAR, São Paulo (SP). **Revista Ambiência**, v. 5, p. 135-141, 2009.

ESTIMATIVA DAS EMISSÕES DE METANO (CH₄) GERADO PELA PECUÁRIA DA FAZENDA CATINI EM BARRA DO BUGRES/MT

Elenice Viana (elenice_viana@hotmail.com), Cleci Grzebieluckas (cleci@unemat.br).

Área: Custos ambientais internos e externos.

Palavras-chave: Custos Externos. Emissão de Metano. Efeito estufa.

Resumo:

O objetivo do estudo foi estimar o metano (CH₄) gerado pela pecuária de corte da fazenda Catini em Barra do Bugres/MT. A amostra foi composta por 4.918 cabeças de gado existente na fazenda, divididas em categorias de gênero, idade e peso dos animais. A quantificação das emissões foi feita com base no estudo de Lima et al (2007). Foram identificadas emissões de 290.105 kg de CH₄, destes, 54,02% representado pelas novilhas com mais de 36 meses de idade. As emissões oscilaram entre 46,7 a 49,3/kg/cabeça/ano para animais de 0 a 24 meses e de 69,1 a 69,7 kg/cabeça/ano para animais com mais de 36 meses.

Introdução

Com aproximadamente 205 milhões de cabeças de gado (IBGE, 2009), a pecuária brasileira possui o 2ª maior rebanho de bovino do mundo, ficando atrás apenas da Índia (FAO, 2010). Em 2005 a pecuária bovina foi responsável por 61% das emissões de Metano (CH₄) (MCT, 2009) segundo no ranking dos seis gases responsáveis pelo efeito estufa (GEE) (IPCC, 2007)

O metano (CH₄) é o segundo maior Gás de Efeito Estufa (GEE), representando 14,3% das emissões mundiais. Estes gases geram os denominados custos ambientais ou externalidades, ou seja, são como aqueles custos oriundos dos impactos das atividades da empresa ao meio ambiente e à sociedade, e que não são responsabilizados ou cobrados financeiramente do agente poluidor (ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY – EPA, 1995).

A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 dispôs o Princípio 16 que trata do Princípio do Poluidor Pagador (PPP) onde estabelece que as autoridades nacionais devem procurar fomentar a internalização dos custos ambientais e o uso de instrumentos econômicos, tendo em conta o critério de que o causador da contaminação deveria, por princípio, arcar com os seus respectivos custos de reabilitação, considerando o interesse público, e sem distorcer o comércio e as inversões internacionais (SOUZA,2010).

Dessa forma, já é amplamente reconhecida a necessidade de internalizar os custos ambientais nas atividades de produção e consumo de forma a induzir a mudança do padrão de uso e consumo dos recursos naturais. Diante do exposto, a pesquisa tem como objetivo estimar as emissões do gás de efeito estufa metano (CH₄), gerado pela pecuária de corte da fazenda Catini em Barra do Bugres/MT.

Materiais e métodos

Esta pesquisa é de natureza exploratória e descritiva e tem como estratégia de pesquisa o estudo de caso realizado na Fazenda Catini, situada no município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, Centro Oeste Brasileiro. O

instrumento de coleta utilizado foi o roteiro estruturado. A amostra foi composta por 4.918 cabeças de gado subdivididas por gênero, idade e peso do animal.

As quantidades de emissões de metano pelos animais tiveram como base o estudo de Lima et al (2007) que quantificaram as emissões de metano em sistemas de produção de bovinos de corte de raças zebuínas nelore, para diferentes categorias do rebanho (machos e jovens – recria e engorda), com base em diversas práticas de manejo animal e alimentados com brachiaria brizantha e feno na Região de Nova Odessa em São Paulo.

Resultados e discussão

A tabela 1 apresenta a categoria de peso vivo, a quantidade de cabeças de acordo com cada categoria de peso e idade, as emissões de metano/kg/cabeça/ano, o total das emissões e o percentual de participação de cada categoria dos animais estudados.

Tabela1 – Emissões de metano geradas pela pecuária da Fazenda Catini em Barra do Bugres MT. %					
Categoria de idade	Categoria de peso vivo	Quantidade de Cabeças	Emissões/kg/cabeça/ano	Emissões totais	%
Bezerros(as) de 0 a 12 meses	180-250	1636	46,70	76.401	26,33
Novilhos(as) de 12 a 24 meses	250-350	574	49,30	28.298	9,75
Novilhos(as) de 24 a 36 meses	351-450	156	57,00	8.892	3,06
Novilhas com + de 36 meses	>450	2.268	69,10	156.719	54,02
Novilhos com + de 36 meses	>500	284	69,70	19.795	6,82
Total		4.918		290.105	100

Observa-se na tabela 1 que as novilhas com mais de 36 meses de idade representam 54,02% das emissões, porém representam 45% do rebanho total, diferença influenciada pelo peso e idade do animal, uma vez que os bezerros de 0 a 12 meses representam 33% do rebanho total e contribuem com 26,33% das emissões de metano na fazenda. Caso esta simulação fosse feita com base nas emissões identificados pelo estudo de Costa, Tourrand, Piketty (2009) com animais alimentados com capim nativo na Região Lagoa Vermelha no Rio Grande do Sul, estas teriam uma redução de 36,4% das emissões de metano. Esta diferença corrobora como a afirmação de Primavesi et al (2004) os quais destacam que as principais variáveis de influência na produção de metano em ruminantes estão ligadas a nutrição do animal tais como a quantidade e tipo de carboidratos inseridos na alimentação, nível de consumo do alimento, fatores metabólicos,

questões ambientais como à temperatura, manejo dos bovinos, além da condição fisiológica e tamanho.

Considerações finais

Este trabalho restringiu-se apenas a estimativa do metano (CH₄), não levando em consideração que o rebanho bovino além do metano emite também o dióxido de carbono (CO₂) e óxido nitroso (N₂O). Assim, sugere-se que em futuros estudos sejam também estimadas as emissões desses gases de efeito estufa.

Referências

COSTA, Thelmo Vergara Martins. TOURRAND, Jean François. PIKETTY, Marie Gabrielle. Custos de Produção e Emissões de Gases Efeito Estufa na pecuária de corte do Rio Grande do Sul/Brasil: Uma aplicação do modelo AGRIPPEC. In: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. SOBER 47 CONGRESSO. **Anais** Porto Alegre, RS, 2009.

EPA - ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY . **Introduction to environmental accounting as a business management tool: key concepts and terms**. Washington, June 1995.

FAO- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Faostat Rome: FAO, 2010. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/site/569/DesktopDefault.aspx?PageID=569>>. Acesso em: Nov. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da pecuária municipal 2009**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2009/ppm2009.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

IPCC. Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático. **Cambio climático 2007**: informe de síntesis. 2007. Disponível em: <http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4_syr_sp.pdf>. Acesso em: 26 out. 2011.

LIMA, Magda Aparecida de. **Influência do Manejo da Produção Animal sobre Emissão de Metano em Bovinos de Corte**. Convênio MCT / EMBRAPA / Gov. de São Paulo / APTA / Instituto de Zootecnia / Fundação André Tosello. São Paulo, Janeiro/2007. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/clima>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

MCT. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Inventário brasileiro das emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa**. 2009. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/>>. Acesso em: 13 de outubro de 2011

PRIMAVESI. Odo, et al. Metano entérico de bovinos leiteiros em condições tropicais brasileiras. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v.39, n. 3, p. 277-283, 2004.

SOUSA, Maria da Conceição Sampaio de. **Bens públicos e externalidades**. 2008. Disponível em: <<http://www.unb.br/face/eco/inteco/textosnet/1parte/externalidades.pdf>>. Acesso em: 09 de outubro de 2011.

EVOLUÇÃO DA CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DE MILHO ENTRE AS MICRORREGIÕES DO BRASIL ENTRE 1990 E 2010

Laércio Juarez Melz (laercio@unemat.br), Tiane Alves Rocha Gastardelo (tianealvesrocha@gmail.com)

Área: Economia

Palavras-chave: Razão de concentração. Herfindahl-Hirschman. Concentração da produção.

Resumo:

O objetivo da pesquisa foi identificar se houve aumento ou redução da concentração da produção de milho entre as microrregiões do Brasil no período de 1990 a 2010. Aplicaram-se as fórmulas de Índice de Razão de Concentração (CR4, CR8, CR16) e Herfindahl-Hirschman (HH), utilizando dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE, entre 1990 e 2010. Concluiu-se, ainda, que o nível de concentração era extremamente baixo em 2010, 17,31% para CR4, 24,69% para CR8. As quatro maiores produtoras, em 2010, foram Alto Teles Pires–MT, Sudoeste de Goiás–GO, Dourados–MS e Toledo-PR.

Introdução

Mato Grosso é grande produtor de milho no Brasil. Passando, em 2007, para o segundo lugar no *ranking* de maiores estados produtores, com 28,7% de participação. Sua participação na produção nacional chegou a 38,2%, em 2010 (IBGE, 2012). Contudo a produção do estado parece concentrar-se em poucos municípios como Sorriso e Lucas do Rio Verde, causando concentração de mercado.

Indicadores de concentração utilizados têm sido largamente como medidas de concentração de mercado: a razão de concentração (CR) e o índice de Herfindahl-Hirschman (HH). Os índices CR, normalmente, referem-se à concentração da participação das empresas em um mercado. Através da razão de concentração é possível verificar quantas empresas dominam o mercado de determinado produto (MARQUES, 1994).

O objetivo da pesquisa foi identificar se houve aumento ou redução da concentração da produção de milho entre as microrregiões brasileiras no período de 1990 a 2010.

Metodologia

Na formulação do índice CR, k representa o limite superior de empresas que terão sua participação somada. Neste caso, se $k=4$, seriam somadas as participações das 4 maiores empresas do mercado, se $k=8$, seriam somadas as participações das 8 maiores empresas do mercado, se $k=16$, seriam somadas as participações das 16 maiores empresas do mercado. É mais comum utilizar-se para as quatro, oito e dezesseis maiores empresas (MARQUES, 1994) A função matemática que permite o cálculo da razão de concentração das k maiores empresas do mercado é:

$$CR(k) = \sum_{i=1}^k S_i \quad (1)$$

Resende e Boff (2002) tecem algumas críticas ao índice CR, principalmente por não existir individualização das k maiores e, assim, não é possível identificar aumentos na concentração quando empresas que estão neste grupo se fundem. Para superar as limitações dos índices existentes foi desenvolvido o índice de Herfindahl-Hirschman (HH). Quanto maior o valor do índice, maior será o nível de concentração do mercado (RESENDE; BOFF, 2002). O índice HH pode ser calculado através da fórmula:

$$HH = \sum_{i=1}^n S_i^2 \quad (2)$$

O intervalo de valores pode ir de 0 a 10.000, quando calculado com percentuais, ou de 0 a 1, quando se utilizam números índices (RESENDE; BOFF, 2002).

Os dados da pesquisa foram coletados na base de dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012). Foram levantadas as quantidades produzidas nas microrregiões do Brasil entre 1990 e 2010. Aos índices de concentração foram atribuídas classificações de acordo com os percentuais de participação dos quatro e oito maiores agentes do mercado, adaptados de Medeiros e Ostroski (2006).

Resultados

Ao analisar a evolução dos índices de concentração (CR) percebeu-se que houve aumento da concentração entre quatro microrregiões na ordem de 30%, de 1990 para 2010 (Tabela 1). Em 1990 as quatro maiores microrregiões produtoras tinham 10,02% de participação na produção de milho do Brasil, passando para 17,31% em 2010. No período analisado, a participação em nível de CR4 somente aumentou, principalmente a partir de 2007 (Tabela 1). Considerando o índice CR4, em 2010 houve o maior nível de concentração dos maiores 4 produtores (CR4), 17,31%.

O maior nível de concentração entre os oito maiores (CR8) também foi em 2010. Neste ano, 24,69% da produção estava concentrada em 8 municípios (Tabela 1). Entre os dezesseis maiores produtores (CR16) o período com maior

concentração foi 2009, quando 35,13% da produção concentravam-se em 16 municípios. Vale lembrar que, no Brasil, existem 558 microrregiões e uma distribuição igualitária dos 100% de produção geraria participação de 0,18% para cada microrregião. Neste caso CR4 seria igual a 0,62%, CR8 seria 1,43% e 2,87%. Considerando o número de microrregiões Brasil, os CR4 representam 0,72%, CR8 são 1,43% e CR16 são 2,87% do total de microrregiões do Brasil.

Apesar de os índices de concentração terem aumentado, no período analisado, pode-se afirmar que há ausência de concentração, conforme a classificação de Medeiros e Ostroski (2006). O índice de Herfindahl-Hirschman (HH) também apresentou aumento nos anos analisados. Passou de 93,48, em 1990, para 139,33, em 2010, portanto aumento da concentração. Considerando que o índice pode variar de 0 a 10.000, pelo método utilizado, o nível de concentração pode ser considerado extremamente baixo.

Tabela 1 – Índices de concentração da produção regional da produção entre microrregiões do Brasil, 1990 – 2010.

Ano	CR 4	CR 8	CR 16	HH	CR 4	CR 8	CR 16	HH
1990	10,02	18,18	30,19	93,48	-	-	-	-
1991	10,06	17,00	25,96	78,52	0%	-7%	-14%	-16%
1992	10,13	18,43	30,37	94,20	1%	1%	1%	1%
1993	11,50	19,62	30,74	98,60	15%	8%	2%	5%
1994	11,62	18,84	29,02	92,32	16%	4%	-4%	-1%
1995	11,19	18,78	29,56	94,81	12%	3%	-2%	1%
1996	10,80	18,20	28,45	92,00	8%	0%	-6%	-2%
1997	11,09	17,81	28,39	94,49	11%	-2%	-6%	1%
1998	11,09	19,03	29,26	97,87	11%	5%	-3%	5%
1999	13,06	19,87	29,79	103,61	30%	9%	-1%	11%
2000	11,72	18,38	29,36	97,69	17%	1%	-3%	4%
2001	12,22	20,10	30,77	107,79	22%	11%	2%	15%
2002	11,53	19,00	29,99	97,66	15%	5%	-1%	4%
2003	14,30	22,63	32,76	115,72	43%	24%	9%	24%
2004	12,92	20,51	31,32	104,69	29%	13%	4%	12%
2005	10,97	18,42	29,26	94,49	10%	1%	-3%	1%
2006	13,24	21,12	31,05	105,45	32%	16%	3%	13%
2007	15,29	23,20	34,06	123,78	53%	28%	13%	32%
2008	15,08	22,90	33,98	122,40	51%	26%	13%	31%
2009	16,94	24,52	35,12	137,39	69%	35%	16%	47%
2010	17,31	24,69	35,03	139,33	73%	36%	16%	49%

Percebe-se que 5 microrregiões dentre as 16 maiores em 2010 localizam-se no Paraná, 3 localizam-se no Mato Grosso e 2 em Goiás. Em 2010 os 8 maiores foram: 1 - Alto Teles Pires – MT, 2 - Sudoeste de Goiás – GO, 3 - Dourados – MS, 4 - Toledo - PR 5 - Parecis – MT, 6 -Barreiras – BA, 7 - Guarapuava – PR, 8 - Cascavel – PR (Tabela 2).

Tabela 2 – Quantidade de milho produzida pelos 8 maiores *players* do Brasil, 1990, 2000, 2005 – 2010, em toneladas.

Ano	BR	1	2	3	4	5	6	7	8
1990	21.347.774	22.117	539.290	209.142	327.614	73.413	19.908	454.875	458.285
1991	23.624.340	59.432	879.360	377.004	447.392	69.412	152.999	436.195	397.956
1992	30.506.127	46.129	866.468	370.521	721.545	39.865	137.839	644.690	685.603
1993	30.055.633	57.851	939.360	414.286	943.599	157.218	211.904	723.175	726.968
1994	32.487.625	156.574	1.266.950	489.511	866.453	164.128	235.170	776.807	659.431
1995	36.266.951	195.188	1.353.339	704.275	954.314	124.720	308.454	788.105	681.163
1996	29.652.791	280.548	1.128.553	638.282	805.183	139.155	337.119	629.595	570.405
1997	32.948.044	323.694	1.408.439	985.990	530.828	153.006	495.851	662.875	528.407
1998	29.604.708	139.665	1.095.770	964.145	725.223	80.874	311.397	637.102	440.660
1999	32.239.479	239.936	1.536.257	1.042.463	928.829	114.581	450.396	702.157	571.787
2000	32.321.000	512.626	1.538.168	484.927	469.913	129.771	590.094	759.980	508.868
2001	41.962.475	511.322	1.811.913	1.194.086	1.033.868	188.264	644.804	1.087.880	846.890
2002	35.940.832	959.853	1.412.003	742.681	659.532	275.701	485.628	1.029.530	683.896
2003	48.327.323	1.307.597	1.828.898	2.067.178	1.707.953	546.648	630.024	1.214.132	1.005.697
2004	41.787.558	1.228.830	1.620.985	1.490.839	882.784	712.604	780.246	1.056.675	631.293
2005	35.113.312	1.274.788	1.019.770	634.818	422.377	746.060	692.174	812.092	617.642
2006	42.661.677	1.674.380	1.462.382	1.410.717	993.811	797.935	394.780	1.099.392	893.840
2007	52.112.217	2.583.183	1.833.649	1.700.082	1.851.102	1.228.524	767.391	979.014	995.571
2008	58.933.347	2.911.341	2.251.306	2.018.464	1.527.087	1.706.266	978.160	1.136.424	964.639
2009	50.719.822	3.127.044	2.345.886	977.563	1.304.193	1.814.824	1.089.500	902.125	729.727
2010	55.394.801	3.222.357	2.431.180	2.051.522	1.885.565	1.352.298	1.090.901	834.577	810.656

Nota: 1 - Alto Teles Pires – MT, 2 - Sudoeste de Goiás – GO, 3 - Dourados – MS, 4 - Toledo - PR , 5 - Parecis – MT, 6 -Barreiras – BA, 7 - Guarapuava – PR, 8 - Cascavel – PR.

Conclusões

A partir dos índices de concentração (CR4, CR8 e CR16), concluiu-se que houve aumento da concentração da produção entre as microrregiões do Brasil. Concluiu-se, ainda, que o nível de concentração era extremamente baixo em 2010, 17,31% para CR4, 24,69% para CR8. As quatro maiores produtoras, em 2010, foram Alto Teles Pires–MT, Sudoeste de Goiás–GO, Dourados–MS e Toledo-PR. Sugere-se que a pesquisa seja ampliada para verificar os motivos que levaram ao aumento da concentração da produção em determinados municípios.

Referências:

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 maio 2012.

MARQUES, P.V. **Contribuição ao estudo da organização agroindustrial: o caso da indústria de frango de corte no estado de São Paulo**. Sci. Agric., Piracicaba, 51(1): 08-16, jan./abr., 1994.

MEDEIROS, Natalino Henrique; OSTROSKI, Diane Aparecida. **Competitividade e concentração de mercado: uma análise da avicultura nas mesorregiões oeste e sudoeste paranaense**. In: Congresso da SOBER, XLIV, Fortaleza, 2006.

RESENDE, Marcelo; BOFF, Hugo. **Concentração industrial**. In KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. (Org.) **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

EVOLUÇÃO DA CONCENTRAÇÃO REGIONAL DA PRODUÇÃO DE MILHO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO

Laércio Juarez Melz (laercio@unemat.br), Tiane Alves Rocha Gastardelo (tianealvesrocha@gmail.com), Valdemir Lino do Nascimento (valdemir1202@gmail.com).

Área: Economia

Palavras-chave: Razão de concentração. Herfindahl-Hirschman. Concentração da produção.

Resumo:

O objetivo da pesquisa foi identificar se houve aumento ou redução da concentração da produção de milho entre os municípios de Mato Grosso entre os anos de 1990 e 2010. Aplicaram-se as fórmulas de Índice de Razão de Concentração (CR4, CR8, CR16) e Herfindahl-Hirschman (HH), utilizando dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE, entre 1990 e 2010. Concluiu-se que houve aumento da concentração da produção entre os municípios de Mato Grosso. Apesar disso, o nível de concentração era baixo em 2010, 32% para CR4, 51% para CR8.

Introdução

Mato Grosso é grande produtor de milho no Brasil. Passando, em 2007, para o segundo lugar no ranking de maiores estados produtores, com 28,7% de participação. Sua participação na produção nacional chegou a 38,2%, em 2010 (IBGE, 2012). Contudo a produção do estado parece concentrar-se em poucos municípios como Sorriso e Lucas do Rio Verde, causando concentração de mercado.

Indicadores de concentração utilizados têm sido largamente como medidas de concentração de mercado: a razão de concentração (CR) e o índice de Herfindahl-Hirschman (HH). Os índices CR, normalmente, referem-se à concentração da participação das empresas em um mercado. Através da razão de concentração é possível verificar quantas empresas dominam o mercado de determinado produto (MARQUES, 1994).

O objetivo da pesquisa foi identificar se houve aumento ou redução da concentração da produção de milho entre os municípios de Mato Grosso entre os anos de 1990 e 2010.

Metodologia

Na formulação do índice CR, k representa o limite superior de empresas que terão sua participação somada. Neste caso, se $k=4$, seriam somadas as participações das 4 maiores empresas do mercado, se $k=8$, seriam as oito maiores. É mais comum utilizar-se para as quatro, oito e dezesseis maiores empresas (MARQUES, 1994) A função matemática que permite o cálculo da razão de concentração das k maiores empresas do mercado é:

$$CR(k) = \sum_{i=1}^k S_i$$

Resende e Boff (2002) tecem algumas críticas ao índice CR, principalmente por não existir individualização das k maiores e, assim, não é possível identificar aumentos na concentração quando empresas que estão neste grupo se fundem. Para superar as limitações dos índices existentes foi desenvolvido o índice de Herfindahl-Hirschman (HH). Quanto maior o valor do índice, maior será o nível de concentração do mercado (RESENDE; BOFF, 2002). O índice HH pode ser calculado através da fórmula:

$$HH = \sum_{i=1}^n S_i^2$$

O intervalo de valores pode ir de 0 a 10.000, quando calculado com percentuais, ou de 0 a 1, quando se utilizam números índices (RESENDE; BOFF, 2002).

Os dados da pesquisa foram coletados na base de dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012). Foram levantadas as quantidades produzidas município de Mato Grosso entre 1990 e 2010. Aos índices de concentração foram atribuídas classificações de acordo com os percentuais de participação dos quatro e oito maiores agentes do mercado, adaptados de Medeiros e Ostroski (2006).

Resultados

Ao analisar a evolução dos índices de concentração (CR) percebeu-se que houve aumento da concentração entre quatro municípios na ordem de 30%, de 1990 para 2010 (Tabela 1). Em 1990 os quatro maiores municípios produtores tinham 25,26% de participação na produção de milho do Mato Grosso, passando para 32,92% em 2010. No período analisado, a participação em nível de CR4 somente aumentou (Tabela 1). Considerando o índice CR4, em 2002 houve o maior nível de concentração dos maiores 4 produtores (CR4), 40,58%.

O maior nível de concentração entre os oito maiores (CR8), foi em 2003, 60,64% da produção estava concentrada em 8 municípios (Tabela 1). Entre os dezesseis maiores produtores (CR16), o período com maior concentração foi 2007, quando 77,15% da produção concentravam-se em 16 municípios. Vale lembrar que, em Mato Grosso, existem 141 municípios (Tabela 1).

Portanto, CR4 representa 3%, CR8 são 6% e CR16 são 11% do total de municípios no estado. Apesar de os índices de concentração terem aumentado, no período analisado, o nível de concentração pode ser considerado baixo, conforme a classificação de Medeiros e Ostroski (2006). O índice de Herfindahl-Hirschman (HH) também apresentou aumento nos anos analisados. Passou de 310,97, em 1990, para 480,89, em 2010, portanto aumento da concentração. Considerando que o índice pode variar de 0 a 10.000, pelo método utilizado, o nível de concentração pode ser considerado baixo.

Tabela 1 – Índices de concentração da produção regional da produção entre municípios de Mato Grosso, 1990 – 2010.

Ano	CR 4	CR 8	CR 16	HH	CR 4 (Var.)	CR 8 (Var.)	CR 16 (Var.)	HH (Var.)
1990	25,26	39,95	57,21	310,97	-	-	-	-
1991	28,26	44,41	61,46	340,55	12%	11%	7%	10%
1992	26,17	39,68	57,39	309,27	4%	-1%	0%	-1%
1993	32,20	49,67	65,00	430,65	27%	24%	14%	38%
1994	28,91	45,91	66,33	375,51	14%	15%	16%	21%
1995	30,48	47,42	65,73	399,51	21%	19%	15%	28%
1996	32,86	50,83	73,24	449,32	30%	27%	28%	44%
1997	33,81	50,38	68,88	421,03	34%	26%	20%	35%
1998	33,81	36,66	54,95	266,80	34%	-8%	-4%	-14%
1999	31,06	44,54	61,80	358,48	23%	11%	8%	15%
2000	36,15	52,09	67,07	495,76	43%	30%	17%	59%
2001	36,31	51,66	67,26	447,68	44%	29%	18%	44%
2002	40,58	59,28	73,34	611,18	61%	48%	28%	97%
2003	40,27	60,64	75,31	649,82	59%	52%	32%	109%
2004	38,85	57,50	72,92	520,17	54%	44%	27%	67%
2005	35,87	54,05	72,22	525,79	42%	35%	26%	69%
2006	37,25	54,77	72,86	525,80	47%	37%	27%	69%
2007	37,39	58,05	77,15	549,39	48%	45%	35%	77%
2008	34,27	51,96	71,77	474,10	36%	30%	25%	52%
2009	34,95	54,64	72,37	483,26	38%	37%	26%	55%
2010	32,92	51,28	72,30	480,89	30%	28%	26%	55%

Tabela 2 – Quantidade de milho produzida pelos 8 maiores *players* de Mato Grosso, 1990 – 2010, em mil toneladas.

Ano	SO	LRV	SP	PL	CN	CV	NM	NU	8 >	MT
1990	7,9	4,1	-	10,2	61,7	27,3	3,1	-	114,3	619,0
1991	25,0	11,5	-	25,5	60,8	48,0	6,8	-	177,6	669,7
1992	11,5	9,5	-	33,9	17,2	67,6	7,6	-	147,4	763,9
1993	22,5	11,4	-	35,9	119,8	74,4	10,0	-	273,9	908,2
1994	46,2	44,1	-	56,7	107,3	105,8	34,8	-	394,9	1.163,6
1995	62,0	88,3	-	56,1	79,4	143,9	29,4	-	459,2	1.226,2
1996	144,0	68,6	-	105,7	58,3	163,7	51,2	-	591,6	1.514,7
1997	117,3	138,5	40,8	139,8	63,6	118,5	38,4	18,9	675,8	1.520,7
1998	46,0	45,0	19,2	64,7	27,0	64,4	26,5	17,6	310,3	948,7
1999	82,5	99,5	34,8	64,7	27,1	100,9	42,2	3,5	455,0	1.118,9
2000	131,5	215,4	48,7	71,8	30,0	85,7	84,2	22,8	690,2	1.429,7
2001	166,2	188,1	43,7	134,4	59,4	144,3	37,4	8,3	781,9	1.743,0
2002	265,7	368,4	144,5	141,6	27,1	151,8	72,5	21,0	1.192,5	2.311,4
2003	189,8	588,0	256,2	151,6	130,3	178,6	238,6	17,8	1.751,0	3.192,8
2004	334,8	332,0	357,6	112,8	105,7	192,0	299,8	54,1	1.788,9	3.409,0
2005	183,0	529,3	258,2	109,5	125,0	258,2	179,5	50,9	1.693,7	3.483,3
2006	400,3	596,0	273,9	157,6	133,9	305,0	217,4	122,9	2.207,0	4.228,4
2007	755,7	709,2	402,3	311,0	347,2	343,1	424,7	206,6	3.499,7	6.130,1
2008	997,4	691,4	477,7	366,9	506,6	314,4	335,3	214,8	3.904,5	7.799,4
2009	903,0	809,4	571,2	385,2	576,1	326,2	478,2	300,0	4.349,3	8.182,0
2010	1.058,7	794,0	427,8	407,4	402,8	377,7	396,0	322,5	4.186,8	8.164,3

Nota: (SO) Sorriso; (LRV) Lucas do Rio Verde; (SP) Sapezal; (PL) Primavera do Leste; (CN) Campo Novo do Parecis; (CV) Campo Verde; (NM) Nova Mutum; (NU) Nova Ubiratã; ((8 >) Somatória dos 8 maiores produtores em 2010.

Conclusões

A partir dos índices de concentração (CR4, CR8 e CR16), concluiu-se que houve aumento da concentração da produção entre os municípios de Mato Grosso. Concluiu-se, ainda, que o nível de concentração era baixo em 2010, 32% para CR4, 51% para CR8. Os quatro maiores produtores em 2010 foram Sorriso, Lucas do Rio Verde, Sapezal e Primavera do Leste. Sugere-se que a pesquisa seja ampliada para verificar os motivos que levaram ao aumento da concentração da produção em determinados municípios.

Referências

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 maio 2012.

MARQUES, P.V. **Contribuição ao estudo da organização agroindustrial: o caso da indústria de frango de corte no estado de São Paulo.** Sci. Agric., Piracicaba, 51(1): 08-16, jan./abr., 1994.

MEDEIROS, Natalino Henrique; OSTROSKI, Diane Aparecida. **Competitividade e concentração de mercado: uma análise da avicultura nas mesorregiões oeste e sudoeste paranaense.** In: Congresso da SOBER, XLIV, Fortaleza, 2006.

RESENDE, Marcelo; BOFF, Hugo. **Concentração industrial.** In KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. (Org.) Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

IMPOSTO DE RENDA E MALHA FINA: EVOLUÇÃO DESDE 2000 ATÉ 2011

Tiane Alves Rocha Gastardelo (tianealvesrocha@gmail.com), Laércio Juarez Melz (laercio@unemat.br), Valdemir Lino do Nascimento (valdemir1202@gmail.com)

Área: Economia

Palavras-chave: Tributos. Receita Federal. Contabilidade.

Resumo:

O objetivo da pesquisa foi apresentar os números de evolução das declarações de Imposto de Renda e retenções na malha fina entre 2000 e 2011. O método utilizado para a pesquisa foi a pesquisa bibliográfica, essencialmente em sites especializados e órgãos de governo. Concluiu-se que os anos de 2010 e 2011 tiveram redução de declarações retidas na malha fiscal. Percebeu-se que o Governo Federal tem tentado prevenir a sonegação fiscal. Para isso foram criadas faixas intermediárias de Imposto de Renda de 7,5% e 22,5%. Também foi criada a Declaração de Serviços Médicos para prevenir contra aumento das despesas médicas informadas.

Introdução

A declaração de Imposto de Renda é obrigatória para todos os brasileiros (BRASIL, 2012a). Considera-se o imposto de renda é o principal tributo brasileiro (FOLHA ONLINE, 2012). O número de declarações de Imposto de Renda vem crescendo desde 2000 até 2011. Assim, também, cresce o número de declarações retidas na chamada 'malha fina'.

O objetivo da pesquisa foi apresentar os números de evolução das declarações de Imposto de Renda e retenções na malha fina entre 2000 e 2011.

Referencial Teórico

Criado em 1922, com tentativa de implantação já em 1843, o Imposto de Renda é valor anual descontado do rendimento da pessoa física ou da pessoa jurídica entregue ao governo federal. A porcentagem é fixada pelo governo de cada país (BRASIL, 2012a, SIGNIFICADOS, 2012).

Desde a implantação do Imposto de Renda muita coisa mudou. Em 1991 foi criado um disquete programa para o Imposto de Renda Pessoa Física, que deveria ser entregue pessoalmente na Receita Federal. Nessa época, o uso do computador era restrito, apenas 3% das declarações eram feitas por meio eletrônico, em dez anos esse índice aumentou para 90%. Em 1997 foi criado o Receitanet, que permite que as declarações sejam enviadas pela internet (BRASIL, 2012b).

Em 2001 Receita Federal criou sete filtros, totalizando mais de quatorze tipos de controle, para investigar as receitas e despesas do contribuinte. Essa investigação vai desde gastos com cartão de crédito, compra e venda de veículos até a movimentação bancária e ganhos com ações e aluguéis. Qualquer erro ou incoerência pode levar a suspeita (CFCONTABIL, 2012).

Malha Fiscal da Declaração de Ajuste Anual da pessoa Física, popular 'malha fina', é a revisão eletrônica, minuciosa e sistemática das declarações. São realizadas diversas verificações nos dados e efetuados cruzamentos das informações com os elementos disponíveis do sistema da Receita Federal. Quando a declaração é entregue, dá-se início ao processamento eletrônico das informações declaradas, são realizados sequencias de verificação para identificar erros de preenchimento e informações inconsistentes. Dependendo da irregularidade, interrompe-se o processamento da declaração e é feita uma análise mais minuciosa para a solução dos problemas detectados, feito pela Receita Federal ou pelo contribuinte, mediante intimação (LUNELLI, 2012).

Materiais e métodos

Quanto aos objetivos, classifica-se a pesquisa como descritiva, pois, o objetivo foi descrever a evolução das declarações e da malha fiscal, sem buscar explicar os motivos. Quanto a abordagem do problema, classifica-se como pesquisa qualitativa. O método utilizado para a pesquisa foi a pesquisa bibliográfica, descrita por Raupp e Beuren (2003), essencialmente em sites especializados. As fontes dos dados foram: Receita Federal do Brasil, jornais e revistas *on-line*.

Resultados

A partir dos resultados da tabela 1, pode-se verificar que o número de declarações cresceram 101,61% em 2010 em relação ao ano 2000. Em 2011 houve pequena queda para 96,45% em relação a 2000. O ano que teve o maior número de contribuintes na malha fina foi 2009 com aproximadamente um milhão de contribuintes. O ano de 2005 teve o maior percentual de contribuintes na malha, com um total de 5,46%. O ano de 2010 teve o maior número de declarações

apresentadas, 25.170.000. O ano de 2008 teve o menor número e menor percentual de declarações na malha fina, 361.000 e 1,49% (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de Declarações de Imposto de Renda apresentadas e retidas na malha fina entre 2000 e 2011.

Ano	Declarações	Evolução desde 2000	Malha Fina	%
2000	12.400.000	0	490.000	3,95
2001	13.827.000	11,51	450.000	3,25
2002	16.500.000	33,06	900.493	5,46
2003	17.500.000	41,13	530.000	3,03
2004	19.600.000	58,06	495.000	2,53
2005	20.500.000	65,32	900.000	4,39
2006	23.086.000	86,18	746.035	3,23
2007	24.500.000	97,58	479.000	1,96
2008	24.300.000	95,97	361.000	1,49
2009	25.000.000	101,61	1.000.000	4,00
2010	25.170.000	102,98	700.000	2,78
2011	24.360.000	96,45	569.671	2,34

Fonte: Brasil (2012c), Jornal do Comércio (2012), Globo.com (2012a, 2012b), Martello (2012a, 2012b), Folha (2012), Estadão (2012), Webcontabil (2012), Jornal Pequeno (2012).

Segundo Folha Online (2010), a malha fina fica mais forte a cada ano. Os principais motivos para retenção das declarações na malha fina são omissão de rendimentos, falta de recolhimento das empresas (Imposto de Renda Retido na Fonte), aumento das despesas com saúde e educação, patrimônio incompatível com a renda. Com objetivo de detectar com maior facilidade os aumentos de despesas com saúde, a Receita Federal do Brasil criou a Declaração de Serviços Médicos. Nesta declaração os profissionais médicos declaram os valores recebidos de pacientes com o número do CPF para cruzamento com a declaração de Imposto de Renda de pessoas físicas.

A alíquota para pessoa jurídica é de 15% sobre o lucro líquido. Para pessoas físicas, até 2008 havia duas faixas de Imposto de Renda Pessoa Física, de 15% e 27,5%, dependendo do rendimento anual. Em 2009 houve mudança na tabela de imposto de renda, passou-se a utilizar as alíquotas de 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%. A renda para alcançar a faixa de 15% aumentou em 57% e para 31% para a faixa de 27,5%, em 2009 (Tabela 2). Isso representou benefício para as pessoas que receberam, em 2009, rendimentos entre R\$ 17.215,09 e R\$ 25.800,00, que passaram a pagar menos Imposto de Renda.

Tabela 2 – Alíquotas e faixas de rendimentos de Imposto de Renda Pessoa Física entre 2008 e 2011.

Entre	Acima de	Até	%	Dedução	%	Salário Mínimo Anual	Salários por faixa
2008	16.473,73	32.919,00	15,00	2.471,06	5%	4.980,00	3,31
	32.919,00		27,50	6.585,93	4%	4.980,00	6,61
2009	17.215,09	25.800,00	7,50	1.291,13		5.580,00	3,09
	25.800,01	34.400,40	15,00	3.226,13	57%	5.580,00	4,62
	34.400,41	42.984,00	22,50	5.806,16		5.580,00	6,16
	42.984,01		27,50	7.955,36	31%	5.580,00	7,70
2010	17.989,81	26.961,00	7,50	1.349,24	5%	6.120,00	2,94
	26.961,01	35.948,40	15,00	3.371,31	4%	6.120,00	4,41
	35.948,41	44.918,28	22,50	6.067,44	4%	6.120,00	5,87
	44.918,29		27,50	8.313,35	4%	6.120,00	7,34
2011	18.799,32	28.174,20	7,50	1.409,95	4%	6.540,00	2,87
	28.174,21	37.566,12	15,00	3.523,01	4%	6.540,00	4,31
	37.566,13	46.939,56	22,50	6.340,47	5%	6.540,00	5,74
	46.939,57		27,50	8.687,45	4%	6.540,00	7,18

Fonte: Brasil (2012d), Moreira (2012).

Segundo pesquisa da Ernst & Young Terco, publicada em O Globo (2012) o reajuste do salário mínimo foi de 386,61% entre 1997 e 2012. Neste mesmo período a tabela do Imposto de Renda foi reajustada em 73,95%. O que demonstra que a tabela não tem acompanhado o aumento da renda dos mais pobres. Percebe-se que a quantidade de salários mínimos em cada faixa de Imposto de Renda tem reduzido gradualmente. Por exemplo, a faixa de 7,5% foi reduzida 2,94 salários mínimos por mês, em 2010, para 2,87 salários mínimos, em 2011. Se o quadro continuar, em 2020, pessoas que ganhariam 1,93 salários teriam que pagar 7,5% de Imposto de Renda.

Considerações Finais

Percebeu-se que o Governo Federal tem, cada vez mais, tentado prevenir a sonegação fiscal. Foram criadas faixas intermediárias de Imposto de Renda de 7,5% e 22,5%. Também foi criada a Declaração de Serviços Médicos para prevenir contra aumento das despesas médicas informadas. Como resultado, os anos de 2010 e 2011 tiveram redução de declarações retidas na malha fiscal.

Referências

BRASIL. Economia. **Imposto de Renda**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/imposto-de-renda>>. Acesso em: 7 jun. 2012a.

BRASIL. Receita Federal. **Em 5 anos, declarações em malha geraram mais de R\$ 3 bilhões em autuações**. Disponível em:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/automaticosrfsinot/2007/03/26/2007_03_26_17_07_06_932761800.html>. Acesso em: 8 jun. 2012c.

BRASIL. Receita Federal. **Imposto sobre a renda**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Alíquotas/ImpSobrRenda.htm>>. Acesso em 8 jun. 2012d.

BRASIL. Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro. **De olho no futuro, internet inova relação do governo com os contribuintes**. Disponível em: <http://www1.serpro.gov.br/publicacoes/tema/158/T151_02_c.htm>. Acesso em: 8 jun.2012b

CFCONTABIL. **Blog – Contabilizando o Sucesso**. Disponível em: <<http://www.cfcontabil.com/contabilizando/index.php?offset=8>>. Acesso em: 8 jun. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL1010179-16725,00-VEJA+O+QUE+MUDA+NA+DECLARACAO+DO+IMPOSTO+DE+REND+EM.html>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

ESTADÃO. **Receita retém 320 mil restituições da malha fina**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/arquivo/economia/2002/not20020315p9427.htm>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

FOLHA ONLINE. **Veja os principais motivos que fazem o contribuinte cair na malha fina**. 25/02/2010 - 09h11. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u697207.shtml>>. Acesso em: 8 jun. 2012.

FOLHA.COM. **Número de declarações do IR chega a 25,2 milhões e supera estimativa**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1083857-numero-de-declaracoes-do-ir-chega-a-252-milhoes-e-supera-estimativa.shtml>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

GLOBO.COM. **Malha fina de 2009 tem cerca de 1 milhão de contribuintes, diz Receita**. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1424838-9356,00-CERCA+DE+UM+MILHAO+DE+CONTRIBUINTE+CAIRAM+NA+MALHA+FINA+DIZ+RECEITA.html>. Acesso em: 7 jun. 2012a.

GLOBO.COM. **Veja o que muda na declaração do Imposto de Renda em 2009**.

JORNAL DO COMMERCIO – JC. **IR 2001 Receita Federal divulga 1º lote**. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/_2001/0806/ec0806_12.htm>. Acesso em: 7 jun. 2012b.

JORNAL PEQUENO. **Quase 570 mil pessoas foram retidas na malha fina do IR 2011**. Disponível em: <<http://www.jornalpequeno.com.br/2011/12/5/quase-570-mil>>

peessoas-foram-retidas-na-malha-fina-do-ir-2011-179263.htm>. Acesso em: 7 jun. 2012.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. **Portal Tributário**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/artigos/malhafina.htm>>. Acesso em: 07 jun. 2012.

MARTELLO, Alexandro. **479 mil contribuintes caem na malha fina em 2007, diz Receita**. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL211542-9356,00-MIL+CONTRIBUENTES+CAEM+NA+MALHA+FINA+EM+DIZ+RECEITA.html>. Acesso em: 7 jun. 2012b.

MARTELLO, Alexandro. **700 mil contribuintes caem na malha fina do IR em 2010, informa Receita**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/12/700-mil-contribuintes-caem-na-malha-fina-do-ir-em-2010-informa-receita.html>>. Acesso em: 7 jun. 2012b.

MOREIRA, Elmo Nélio. **Economia e Finanças: valores do salário mínimo desde sua instituição até o dia de hoje**. Disponível em: <http://www.gazetadeitauna.com.br/valores_do_salario_minimo_desde_.htm>. 08 jun. 2012.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

SIGNIFICADOS. **Significado de Imposto de Renda**. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/imposto-de-renda/>>. Acesso em: 8 jun. 2012.

WEBCONTABIL. **Receita informa que 361 mil contribuintes caíram na malha fina do IR**. Disponível em: <https://www.webcontabil.com.br/ver_noticia_publica.php?v1=85835&v2=www.sevilha.com.br>. Acesso em: 7 jun. 2012.

LEVANTAMENTO DO LUCRO BRUTO DA CONCESSÃO DE PEDÁGIO DA 'RODOVIA DA MUDANÇA'

Tiane Alves Rocha Gastardelo (tianealvesrocha@gmail.com), Laercio Juarez Melz (laercio@unemat.br), Magno Alves Ribeiro (magnoalves@unemat.br)

Área: Finanças Públicas

Palavras-chave: Parceria público privada. Gestão pública. Contabilidade.

Resumo:

A 'Rodovia da Mudança' abrange quatro rodovias, MT 449, MT 010, MT 484 e MT 338, beneficiando moradores e produtores da região. Foi construída em parceria com o Governo do Estado, Prefeituras e produtores rurais, regulamentada através de convênio, caracterizando uma parceria público privada (PPP). O convênio foi assinado em 2003 e em 2006 o pedágio estava funcionando. A Associação dos Beneficiários da Rodovia da Mudança foi quem assumiu a administração do pedágio de 2006 a 2010. Em 2010 o Governo do Estado passou a concessão da Rodovia para uma administradora privada e fez uma previsão de faturamento para os vinte anos de R\$ 138.129.594,56. O objetivo da pesquisa foi verificar o lucro bruto da 'Rodovia da Mudança' em 20 anos. A Metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, documental e levantamento.

Introdução

Mato Grosso é o 8º colocado no ranking de exportação no Brasil, 2º em exportações do agronegócio, perdendo apenas para São Paulo (FIEMT, 2010). As condições das estradas influenciam diretamente nos custos de produção (BATALHA, 2007). O principal modal de transporte disponível em Mato Grosso é o rodoviário, sendo também e o mais utilizado no Brasil. As condições das rodovias têm sido apontadas como ruins, sendo gargalos para todas as cadeias produtivas (MELZ, 2010, GONÇALVES; MARTINS, 2012).

O Governo de Mato Grosso tem buscado soluções para reduzir o gasto público com manutenção de rodovias. Nesse sentido, a exemplo de outros estados tem buscado privatizar a manutenção de rodovias. Para isso, tem utilizado do instrumento da concessão. Concessão é a autorização de exploração de serviço público dada à iniciativa privada. É formalizada por meio de contrato. Ambas as partes possuem direitos e obrigações contratuais. Normalmente, o prazo de concessão varia entre 20 e 30 anos. O contrato pode ser rompido quando uma das partes não cumpre suas obrigações. Segundo Kohama (2006), o concessionário deve sujeitar-se a certas obrigações impostas pelo Poder Público.

Parceria público privada (PPP) é uma modalidade de concessão. O setor privado pode cobrar tarifa dos usuários e receber subsídio do parceiro público, concessão patrocinada, ou ser pago integralmente pelo parceiro público, concessão administrativa (FÜHRER; MILARÉ, 2007). No Brasil a parceria público privada é regida pela Lei Federal nº 11.079, de 30 de Dezembro de 2004 (BRASIL, 2010). O objetivo da pesquisa foi verificar o lucro bruto da parceria público privada para concessão de pedágio da 'Rodovia da Mudança'.

Metodologia

Quanto aos objetivos esta pesquisa classifica-se como descritiva. Quanto aos procedimentos foi utilizada pesquisa bibliográfica, documental e levantamento (MATIAS-PEREIRA, 2007, BEUREN 2004). A pesquisa documental foi realizada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso (IOMAT) e, ainda, nos termos de convênio

da 'rodovia da mudança'. O levantamento foi realizado por meio de entrevista semi estruturada junto aos agentes-chaves do processo, amparada na metodologia Rapid Appraisal (FAO, 1997, SILVA; SOUZA FILHO, 2007).

Resultados

A 'Rodovia da Mudança' foi construída em parceria com o Governo do Estado, Prefeituras e produtores rurais, regulamentada através de convênio, caracterizando uma parceria público privada (PPP). Após o termino da construção o governo passou em forma de concessão a exploração do pedágio para a Associação dos Beneficiários da Rodovia da Mudança.

Diversos países do mundo utilizam distintos modelos de concessão. A 'Rodovia da Mudança' se enquadra como *lease, develop, operate* (LDO), assim como as outras regiões do Brasil, o poder publico concede um ativo existente ao setor privado, e dele exige melhorias e investimentos. Também se enquadra como *build, operate, transfer* (BOT). Nesta modalidade o setor privado constrói e conserva, opera e cobra tarifa dos usuários. Portanto a concessão brasileira é uma mistura entre as duas, pois muitas vezes o setor privado amplia as rodovias (LASTRAN, 2010, NABHAN, 2004).

Através de entrevista com o Sr. Eziquiel Lara Secretário Adjunto de Engenharia da Sinfra a construção dos primeiros 96 km da rodovia, trecho ligando Lucas do Rio Verde - Tapurah custaram R\$ 29.218.947,74. Através de pesquisa documental a construção do trecho de 26 km ligando o município de Tapurah ao distrito de Ana terra, custou R\$ 7.154.003,08. No trecho do distrito de Itambiquara - entroncamento com a MT 484, foi feita construção de 25,2 km. Com investimento de R\$ 5.447.511,00 (MATO GROSSO, 2012). O custo da obra se aproximou de R\$ 41.820.461,82. Faltam os dados de 1 km de obra.

Segundo a Administradora atual do pedágio, os gastos com manutenção da rodovia em 2011 foram de R\$ 2.645.040,00. Os dados dos anos anteriores não estavam disponíveis. Considerando o valor de um ano, multiplicando por 20, que é o número de anos da concessão, obteve-se uma previsão para gastos com manutenção de R\$ 52.900.800,00 (TABELA 1).

Através de pesquisa documental verificou-se que no contrato de concessão com a atual Administradora o Governo do Estado estimou uma receita de R\$ 138.129.594,56.

A pesquisa documental permitiu fazer a previsão da viabilidade da concessão da rodovia para a 'Associação da Rodovia da Mudança' e a partir dela outros municípios do Estado, foi dividido o custo da obra igualmente entre Governo do Estado e Associação, o custo para cada entidade foi de R\$ 20.910.230,91. Considerando que a Associação tenha feito o investimento de R\$ 20.910.230,91, somando os gastos previstos de manutenção R\$ 52.900.800,00, os gastos totais da praça de pedágio da 'Rodovia da Mudança' para a Associação seria R\$ 73.811.030,91 em 20 anos de concessão. Subtraindo os gastos previstos, da arrecadação prevista a Associação teria nesses 20 anos uma receita de

aproximadamente R\$ 64.318.563,65, representando 46,6% da previsão de faturamento para os outros gastos da praça de pedágio e investimentos (Tabela 1).

Tabela 1 – Estimativa de lucro bruto do pedágio na ‘Rodovia da Mudança’ em R\$ e %.

Receitas e gastos	Valor	%
Previsão de faturamento	R\$ 138.129.594,56	100,0%
Valor da associação	R\$ 20.910.230,91	15,1%
Previsão de manutenção	R\$ 52.900.800,00	38,3%
Lucro Bruto	R\$ 64.318.563,65	46,6%

A ‘Rodovia da Mudança’ abrange quatro rodovias, MT 449, MT 010, MT 484 e MT 338, beneficiando moradores e produtores da região.

Conclusões

Considerando os valores de previsão de faturamento, o valor investido pela associação e a previsão de gastos com manutenção, concluiu-se que o valor de lucro bruto da implantação de pedágio na ‘Rodovia da Mudança’ em vinte anos seria de R\$ 64.318.563,65, equivalente a 46,6% da previsão de faturamento.

Referências

- BATALHA, Mário Otávio (org), at al. **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2007.
- BEUREN, Maria Ilse (org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004**: Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm>. Acesso em 22 set. 2010b.
- FAO, Food and Agriculture Organization. Rapid rural appraisal. In: **Marketing research and information systems**. Rome: FAO, 1997. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/W3241E/w3241e09.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2008.
- FIEMT, Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso. **Estatísticas e análise das exportações de MT - julho 2010**. Disponível em: <http://www.fiemt.com.br/ns/mostra_arquivo.php?arquivo=629>. Acesso em: 27 set. 2010.
- FÜHRER, Maximilianus C. A., MILARÉ, Édis. **Manual de direito público e privado**. 16ª ed. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2007.

GONÇALVES, José Manoel Ferreira; MARTINS, Gilberto. **Raio X da produção, investimento e participação dos modais de transporte**. Disponível em: <http://www.brasilengenharia.com.br/ed/591/Eng_Transporte_1.pdf>. Acesso em: 08 maio 2012.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública teoria e prática**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LASTRAN, Laboratório de Sistemas de Transportes. **Concessão de rodovias no Rio Grande do Sul**: análise das razões de sua implantação, da visão dos usuários, do custo-benefício e de seu impacto econômico. Disponível em: <<http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/arquivos/concessao.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATO GROSSO. **Governo Transparente**. Disponível em: <<http://governotransparente.mt.gov.br/>>. Acesso em 05 maio 2012.

MELZ, Laercio Juarez. **Competitividade da cadeia produtiva de frango em Mato Grosso: avaliação dos segmentos de avicultura e processamento**. São Carlos: UFSCar, 2010.

NABHAN, Fernando Mansour. **Principais riscos envolvidos na decisão de investimentos em concessões rodoviárias no Brasil**. Disponível em: <http://www.realestate.pcc.usp.br/arquivos%20PDF/Mono_Fernando_Nabhan.pdf>. Acesso em: 15 set. 2010.

SILVA, Carlos Arthur da; SOUZA FILHO, Hildo M. de. **Guidelines for rapid appraisals of agrifood chain performance in developing countries**. Roma: FAO, 2007. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/010/a1475e/a1475e00.htm>> Acesso em: 7 jun. 2012.

PERCEPÇÃO DE CLASSE: ESTUDO COM OS CONTABILISTAS DOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DE TANGARÁ DA SERRA – MT

Elizeu Martins da Silva (elizeu_ramos@hotmail.com), Marcelo Evandro Alves (marcelo.evandro@unemat.br)

Área: Ética

Palavras-chave: Ética. Código de Ética. Conselho Federal de Contabilidade.

Resumo:

O artigo teve como objetivo identificar a percepção dos contabilistas dos escritórios de contabilidade de Tangará da Serra – MT em relação à ética e o cumprimento das normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. A metodologia empregada foi baseada na pesquisa de campo, e como amostras 34 contabilistas dos escritórios de contabilidade de Tangará da Serra. Foram traçados diante dos resultados obtidos com a pesquisa, que todos entrevistados consideram serem éticos, e na grande maioria assumem que utilizam o código de ética do contabilista sempre na tomada de decisões. Quando questionados da importância do código de ética no exercício das rotinas profissionais declararam que o código é muito importante e imprescindível e por fim a maior parte dos entrevistados afirmou que cumprem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade na maioria e na minoria das vezes.

Introdução

Com o processo de globalização, o desenvolvimento econômico e as transações de capital, a importância do profissional contábil no contexto econômico do país tornou-se evidente. Demanda-se mais transparência em todos os atos, exige-se do contador que exerça sua profissão com competência técnica e aplicação das regras inerentes à Ciência Contábil. Ser ético, enquanto profissional, significa agir em concordância com as normas e os princípios que regem uma profissão.

É trabalho difícil manter-se ético numa época em que as empresas lutam de forma árdua, e buscam alternativas para reduzir gastos, decorrentes da alta carga tributária a que estão sujeitas. É de responsabilidade dos contabilistas apresentarem alternativas lícitas para condução dos negócios de seu cliente ou empregador e oferecer-lhe serviços de qualidade e confiabilidade.

Ao observar que os contabilistas lidam constantemente com situações no qual estarão a prova ética e moral, que necessitam serem profissionais conhecedores dos diversos campos de atuação para o desempenho de sua função e para o reconhecimento de sua classe, questiona-se: Qual a percepção dos contabilistas dos escritórios de contabilidade do município de Tangará da Serra em relação à ética e o cumprimento das normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade?

Diante do questionamento, o estudo se baseia na seguinte hipótese: na visão dos contabilistas a maioria considera ser profissional ético e, cumpre sempre com as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Para que o objetivo geral seja atendido, pretende-se: apurar a percepção dos contabilistas em relação ao cumprimento das normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e identificar as opiniões dos contabilistas sobre o código de ética e o comportamento ético exercido perante a sociedade.

Materiais e métodos

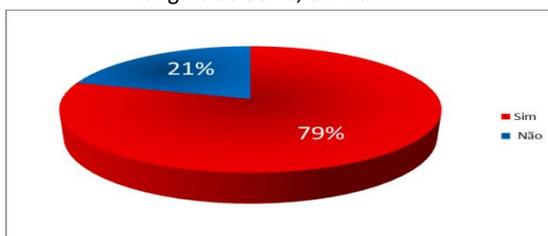
Quanto à abordagem do estudo foi de natureza quantitativa e qualitativa. De acordo com Oliveira (2000) o método quantitativo é utilizado no desenvolvimento de pesquisas de âmbito social, econômico, de comunicação, mercadológica, de opinião, representando forma de garantir a precisão dos resultados e evitando distorções de análise e interpretações. A abordagem qualitativa leva a leituras sobre o assunto da pesquisa, para efeito de apresentação de resenhas, ou seja, relatar minuciosamente o que os diferentes autores ou especialistas escrevem sobre o assunto (OLIVEIRA, 2000).

Caracteriza-se também a pesquisa como bibliográfica que foi desenvolvida com base em material publicado em livros, revistas, redes eletrônicas, dissertações, teses.

Quanto aos meios constituiu-se como pesquisa de campo, a coleta de dados foi realizada por meio de questionário desenvolvido a partir do referencial teórico desta pesquisa, obteve-se uma amostra de 34 contabilistas na pesquisa que foi realizada no mês de março de 2012.

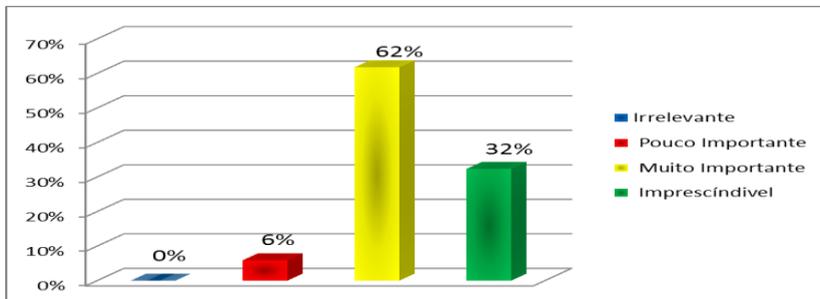
Resultados e Discussão

Figura 1 – Percentual de entrevistados, que leem ou utilizam o Código de Ética, em Tangará da Serra, em 2012.



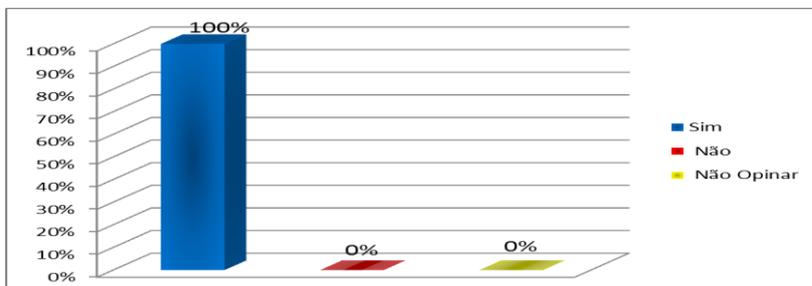
Observa-se na figura 01 que 27 entrevistados, ou seja, 79% declaram que o código de ética profissional do contabilista é lido ou utilizado no desempenho das funções, e 7, ou seja, 21% não utilizam o código na execução do seu trabalho. O profissional contábil ao confirmar suas ocupações profissionais, assume prontamente responsabilidades éticas e legais que são descritas pelo Código de Ética do Profissional, por conseguinte, o código de ética do contabilista, visa ajudar nas ações dos profissionais na execução de sua função e viabilizar o convívio entre os contabilistas (RODRIGUES, 2009).

Figura 2 – Percentual de entrevistados, sobre a opinião do código de ética do contabilista, em Tangará da Serra, em 2012.



Na figura 2 o código de ética em relação à boa conduta no exercício das rotinas profissionais foi considerado por 32 entrevistados (94%) como muito importante e imprescindível; e 2 entrevistados (6%) acham o código de ética pouco importante. “ O Código de Ética possui parâmetros que auxiliam os profissionais da contabilidade no dia a dia e assim sustentam uma série de decisões baseadas em uma conduta preestabelecida, auxiliando da melhor forma para as tomadas de decisões (BRANCHER, 2010, p.33).”

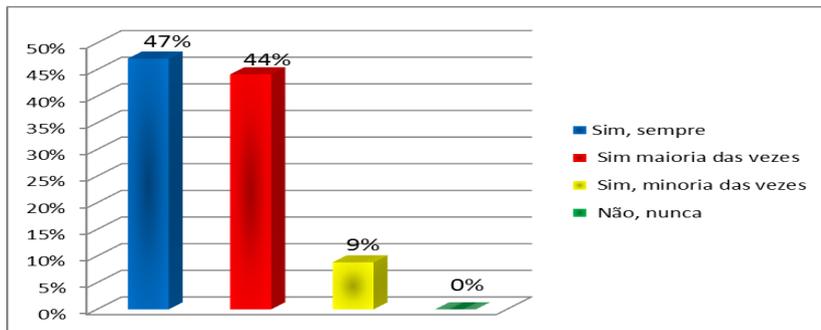
Figura 3 – Percentual de entrevistados, que declararam serem profissionais éticos ou não, em Tangará da Serra, em 2012.



Assim como evidenciado na figura 3 os contabilistas entrevistados no percentual de 100 % se consideram éticos no desempenho profissional. Para Siqueira (2005) todo aquele que segue o código de ética da profissão é considerado ético, competente, de confiança, ou seja, é estimado um profissional de bom caráter. Afirma ainda que:

“A responsabilidade dos contabilistas e sua importância num contexto social só tende a crescer, pois a procura das empresas por profissionais competentes na área é grande, e aquele que não estiver bem preparado e não tiver uma conduta ética profissional exemplar, pode se considerar fora do mercado (SIQUEIRA, 2005, p. 76)”.

Figura 4 – Percentual de entrevistados, em relação ao cumprimento das normas do Conselho, em Tangará da Serra, em 2012.



Na figura 04 ao ser perguntado aos contabilistas se eles cumprem todas as normas elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade, mesmo que discorde de algumas ou de todas, 16 entrevistados (47%) afirmaram que sim, sempre. Ainda dos entrevistados 15 (44%) responderam que cumprem as normas, mas em sua maioria. E o que chamou atenção foi 3 contadores que representam 9% da pesquisa, responderam que as normas do Conselho são cumpridas, mas em sua minoria.

Os profissionais contábeis devem exercer suas atividades de acordo com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e dos Conselhos Regionais, onde, é cabível aplicar penalidades para o profissional que não cumprir com as exigências impostas (SANTOS; ASSIS; ALVES, 2009).

Conclusões

O objetivo geral e específicos foram atendidos, pois permitiu visualizar diante dos resultados obtidos com a pesquisa, a percepção dos contabilistas que atuam nos escritórios de contabilidade em Tangará da Serra – MT em relação à ética e o cumprimento das normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A hipótese foi validada parcialmente, pois a maioria dos contabilistas entrevistados considera ser um profissional ético conforme gráfico 03, e, 53% dos entrevistados conforme gráfico 04 cumprem as normas estabelecidas pelo Conselho na maioria e na minoria das vezes.

Pode-se concluir também que a sociedade está em constante mudança, portanto é necessário o contabilista realizar seu trabalho de maneira ética, séria e com responsabilidade, voltado sempre ao pronto atendimento das necessidades dos clientes. Igualmente, vale alertar que é de fundamental importância o contabilista cumprir as normas do Conselho Federal para uma boa conduta perante os companheiros de classe, tendo como objetivo a consciência de sua função.

Referências:

BRANCHER, Cristiane, NEU, Márcia Adriana, BOFF, Marínes Lucia. Ética profissional: entendimento dos acadêmicos de Ciências Contábeis da Unoesc, **Unoesc & Ciência – ACSA**, Joaçaba, v.1, n.1, p. 31-38, jan./jun. 2010.

OLIVEIRA, Silvio Luis de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

RODRIGUES, Ana Kátia da Silva. **O profissional contábil e as exigências do mercado de trabalho no município de Juína**. Disponível em:

<http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20110809162110.pdf >
Acesso em 07/04/2012.

SANTOS, Dilcilene Aparecida Neves, ASSIS, Gilcélia Glória de, ALVES, Luiz Gustavo Ferreira. **O papel da ética na valorização do profissional contábil**. Disponível em:

<<http://univen.noip.biz/listamono/monografias/Ciências%20Contábeis/2009/O%20PAPEL%20DA%20ÉTICA%20NA%20VALORIZAÇÃO%20DO%20PROFISSIONAL%20CONTÁBIL.pdf>>. Acesso em: 15/07/2011

SIQUEIRA, Leonardo B. de. Profissionalismo: uma análise da ética contábil. **Veredas Favip** - Caruaru, Vol. 2, n. 01, pp. 70–77, jan./jun. 2005.

PERFIL DOS TITULARES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DE UM BAIRRO DE TANGARÁ DA SERRA - MT

Simone Segredo (simones_tga@hotmail.com) Prof. Dr. Neodir Paulo Travessini (neodirtravessini@hotmail.com)

Área: Contabilidade Social

Palavras-chave: Aspecto socioeconômico. Programa social. Baixa renda.

Resumo:

Este artigo buscou analisar o perfil dos titulares do Programa Bolsa Família do bairro Jardim dos Ipês de Tangará da Serra no estado do Mato Grosso, programa de transferência direta de renda do Governo Federal do Brasil. A pesquisa do tipo exploratória foi baseada em uma amostra de 75 famílias beneficiadas pelo programa no referido bairro da cidade. A metodologia utilizada para análise dos dados fundamenta-se no método qualitativo, na medida em que se confrontam os dados obtidos na secretaria de assistência social do município, dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e as respostas

dos entrevistados. Essa análise permitiu verificar o sexo, idade, profissão e escolaridade dos responsáveis do benefício diante da família.

Introdução

O primeiro programa de combate à pobreza, oficialmente institucionalizado em 1993, durante a gestão do presidente Itamar Franco (1992-1994), foi viabilizado pelo Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA), que através de uma pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) configurou o mapa da fome no país e apresentou o número de 32 milhões de miseráveis. Diante desse quadro o Presidente da República reconheceu que o país se encontrava em situação de calamidade pública e criou uma comissão para desenvolver o Plano de Combate à Fome e à Miséria. Porém no decurso de sua prática as ações aliadas foram insuficientes devido às restrições orçamentárias e as dificuldades de reunião dos órgãos públicos (DRAIBE, 2005).

Em 1996 foram iniciadas as primeiras experiências práticas com o Programa de Renda Mínima, inicialmente implantado em Campinas, Brasília e Ribeirão Preto, estendendo-se para vários municípios e Estados brasileiros, este visava a garantia de renda familiar mensal. A partir de 2001, no mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), houve a ampliação dos programas já existentes, além da criação de programas como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Renda, Vale Gás, entre outros que também objetivavam a garantia de renda, agora com aplicações específicas. No mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), foi criado o Programa Bolsa Família (PBF), com o objetivo de unificação dos programas de renda municipais, estaduais e do governo federal anteriormente citados, conferindo um aumento anual do orçamento destinado aos programas de transferência de renda. O programa Bolsa Família se tornou o maior programa de transferência de renda e de combate à pobreza no país, e se encontra presente em todos os municípios brasileiros (SILVA, 2006).

Dentro deste contexto, tal estudo justifica-se pelo fato do Programa Bolsa Família ter se transformado em assunto atual e constantemente discutido nos meios de comunicação social. Economistas e sociólogos têm se ocupado em estudar os impactos na economia e no desenvolvimento social resultantes da implantação de um programa de transferência de renda, buscando a condição de uma sociedade mais equitativa do ponto de vista da renda média da população.

A pesquisa ambiciona obter informações sobre o perfil dos titulares do programa e contribuir com a ampliação de temas sociais a serem pesquisados por acadêmicos da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) do curso de Ciências contábeis.

A despesa governamental destinada à busca da redução da pobreza e da desigualdade no país alavanca a necessidade da ponderação do impacto do PBF sobre o bem-estar das famílias beneficiárias. Nesse contexto, o presente trabalho propõe a investigação do seguinte problema de pesquisa: qual o perfil

socioeconômico dos titulares do PBF do bairro Jardim dos Ipês da cidade de Tangará da Serra do Estado do Mato Grosso?

Materiais e métodos

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, optou-se por uma abordagem teórica de natureza qualitativa. A pesquisa qualitativa é benéfica como ferramenta para determinar o que é importante e porque é importante, além de identificar a extensão total das respostas ou opiniões que existem em uma determinada população, revela áreas de consenso, tanto positivo quanto negativo nos padrões de respostas (MORESI, 2003).

O Ministério de Desenvolvimento Social (MDS, 2011) garante que o objetivo do programa é beneficiar famílias em condição de pobreza que tenham renda mensal por pessoa de até R\$ 140,00 e que estejam registradas no Cadastro Único (CadÚnico). Este registro é de responsabilidade das prefeituras municipais que avaliarão as famílias, e o seu preenchimento não sugere o pagamento imediato do benefício, pois, cabe ao Ministério Público a liberação de forma automatizada do benefício. O PBF também tem por finalidade a promoção do alívio imediato da pobreza através da transferência direta de renda, reforço ao exercício de direitos sociais básicos por meio do cumprimento das condições exigidas nas áreas da saúde e educação.

Para Rosinke *et al* (2010, p.79) a função distributiva do Estado pressupõe fazer com que a renda nacional alcance também o tecido social expropriado das benesses econômicas. Daí justifica-se plenamente a adoção de mecanismos de redistribuição de renda por parte do Estado Brasileiro.

Resultados e Discussão

Através da apuração das respostas dos participantes da pesquisa foi possível averiguar que os responsáveis pelo benefício do Programa Bolsa Família são predominantemente do sexo feminino, possuem idade entre 21 e 50 anos e são casadas.

Um resultado expressivo da pesquisa foi a constatação de que os responsáveis pelo benefício têm apenas o ensino fundamental incompleto como nível de escolaridade e as pessoas que trabalham têm como profissão a função de doméstica. Através de observação durante as entrevistas pode-se verificar que apesar da pouca idade, essas mulheres lutam para manter a casa e os filhos com a pouca renda do trabalho de doméstica que é menor que um salário mínimo e o complemento da Bolsa Família.

Conclusões

O tema abordado na pesquisa foi evidenciado pelo referencial teórico como atual e de abordagem global pela sociedade e autoridades. O Programa Bolsa Família além de ser assunto constante da crítica, aborda áreas diversas como a educação, psicologia, sociologia e saúde.

Por meio da estrutura metodológica proposta e das técnicas empregadas foi possível verificar que, o município de Tangará da Serra possui um número significativo de famílias em situação vulnerável e em relação à titularidade do programa foi comprovada que pertence às mulheres, estas por sua vez são jovens e trabalham como domésticas para sustentar a família.

Agradecimentos

Agradeço à minha família pelo apoio, às pessoas entrevistadas que colaboraram com a pesquisa e aos professores Neodir Travessini, Maria Helena e Eugênio Stieler pela orientação que norteou meus passos nessa pesquisa.

Referências

DRAIBE, SÔNIA. **Ciclos de reformas de políticas públicas em ambiente de consolidação da democracia: a experiência brasileira recente de reforma dos programas sociais**. Campinas: Unicamp; 2005.

SILVA, Maria da Silva; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**, 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da pesquisa**. Brasília, 2003.

MDS (2011), Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. MDS em números. Avaliação e gestão da informação. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios.htm>>. Acesso em 11 de Setembro de 2011.

ROSINKE, João G.; HECK, Cláudia R.; DALFOVO, Wylmor C. T.; RUSCHEINSKY, Aloísio. Efeitos Sociais e Econômicos para o Desenvolvimento Local através das contribuições do Programa Bolsa Família no município de Sinop - MT no período de 2004 a 2009. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 12, n. 1 p. 77-88, jan./jun. 2011.